



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Caroline dos Santos Souza

Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro

São Gonçalo

2019

Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro

Caroline dos Santos Souza

Departamento de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História Social/PPGHS

Dissertação de Mestrado em História

Orientadora:

Prof. Doutora Catia Antonia da Silva

São Gonçalo

2019

Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro

Caroline Souza

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Graduação em História Social/PPGHS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

São Gonçalo

2019

[Digite aqui]

## **Agradecimentos**

Agradecer é sempre muito difícil, pois a memória sempre pode falhar e isso é algo muito injusto, pois sem a contribuição, carinho e persistência de tantas pessoas que ajudaram a fazer esta jornada mais leve e menos solitária.

Todos os agradecimentos aos pais são plurais, porém o meu será feito individualmente, pois eles são pessoas muito diferentes e suas contribuições também. Ao meu pai que com seu gosto por leitura e história me apresentou ao mundo da história ainda pequena e me incentivou, mesmo que indiretamente, a minha longa caminhada na vida acadêmica.

À minha mãe que nunca me deixou desistir a ponto de passar muitos dias ao meu lado me vendo escrever e me ouvindo lendo. Não agradeço somente por isso, mas por me ensinar a acreditar em mim e que através do ensino e do estudo podemos ajudar as pessoas ao longo de nossa vida.

As minhas avós que sempre me deram muito carinho e deixam exposto o seu orgulho da minha caminhada e apreensão por eu precisar atravessar a cidade para estudar, apesar de não entenderem a vida acadêmica por falta de contato.

Aos meus tios e primos, que mesmo sem nenhuma proximidade com o mundo acadêmico, sempre tornaram os meus dias mais leves e engraçados. Em especial à tia Lena por me adotar como filha nos momentos que mais precisei de colo e carinho.

Ao meu namorado Diego Freitas que sempre me incentivou a ir em busca dos meus sonhos mesmo quando eu duvidava se era viável ou não concluir a dissertação. Também por sempre me distrair e lembrar que a vida existe fora da faculdade.

Em especial pela minha tia do coração a Nilce que sempre esteve pronta para me ajudar tanto em atribulações pessoais quanto profissionais. Ela deixa exposto o seu orgulho pelo meu papel de historiadora na sociedade e indignação sobre as barbaridades contra a educação.

As amigas Ana Luiza, Carol Gil e Juliana Prata que são amigas de todas as horas, das invasões a casa da Gil, pelas conversas que sempre renovaram as minhas forças. E as novas amigas Natasha Barbosa e Monique Sousa pelas trocas e discussões que me enriqueceram como pessoa e pesquisadora.

À minha orientadora Catia Antonia da Silva que embarcou comigo nessa dissertação mesmo nós duas não sendo da mesma área e essa troca de experiências,

abordagens e metodologias que formamos para esta dissertação através do diálogo entre história e geografia.

À Prefeitura do Rio de Janeiro, em especial à parte de recuperação ambiental que fez do Projeto Mutirão de Reflorestamento se tornar um programa ambiental tão reconhecido pelo mundo e à Priscila pela atenção e prontidão via WhatsApp e pelos técnicos e mutirantes pelas entrevistas que sempre foram feitas de modo muito prestativo.

À banca por aceitar avaliar este trabalho, contribuindo para o meu processo de aprendizagem e reflexão resultando no amadurecimento das minhas ideias.

Souza, Caroline dos Santos. **Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro.** Orientadora: Catia Antonia da Silva: UERJ-FFP; PPGHS; 2019. Dissertação (Mestrado em História).

Resumo:

Esta dissertação tem como objetivo analisar o programa da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Mutirão de Reflorestamento, ao longo dos anos de 1986 a 2009, em relação à restauração da Mata Atlântica. O recorte temporal é marcado pelo início do projeto que foi em 1986 e vai até 2009, porque foi nesse ano que foi o ano que terminou a estruturação da remuneração e a distribuição de mudas aos mutirantes para o plantio então este ano marcou uma consolidação no programa e também nesse período as áreas de encostas reflorestadas se apresentam numa estagnação e manutenção. O estudo visa analisar o diálogo entre Estado e as comunidades proposto pelo programa, lembrando das tensões contínuas que se fazem presentes no cotidiano dessa relação, focando nas relações de trabalho estabelecidas pelo projeto e na recuperação ambiental dos morros cariocas avaliando os tipos de plantas usadas no reflorestamento. Esse trabalho elegeu o Morro do Vidigal para entender como o projeto contribuiu para o turismo da região, que passou a ser muito fortalecido com base na atividade do Mutirão. Analisamos também as consequências do programa para seus moradores.

Palavra-chave: Reflorestamento, Rio de Janeiro e Morro do Vidigal.

Souza, Caroline dos Santos. **Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro.** Orientadora: Catia Antonia da Silva: UERJ-FFP; PPGHS; 2019. Dissertação (Mestrado em História).

Abstrat:

This dissertation aims to analyze the program of the Municipality of Rio de Janeiro, the Mutirão de Reforestation, over the years 1986 to 2009, in relation to the restoration of the Atlantic Forest. The time cut is marked by the beginning of the project that was in 1986 and goes until 2009, because that year was the year that ended the structuring of the remuneration and the distribution of seedlings to the mutirantes for planting then this year marked a consolidation in the program and also in this period the areas of reforested slopes present in stagnation and maintenance. The study aims to analyze the new dialogue between the State and the communities proposed by the program, recalling the continuous tensions that are present in the daily life of this group, focusing on the work relations established by the project and the environmental recovery of the Rio hills assessing the types of plants used in reforestation. This work chose the Morro do Vidigal to understand how the project contributed to tourism in the region that is greatly strengthened by this activity by analyzing the consequences of it for its residents.

Keyword: Reforestion, Rio de Janeiro and Morro do Vidigal.

**Lista de Tabelas:**

Tabela 1: relação de nº de mudas fornecidas/ nº mínimo de espécies/ nº mínimo de espécies do grupo A.

Tabela 2: Função de cada cargo e seus salários.

Tabela 3: relação de mudas em trimestres, espécies e nome vulgar.

Tabela 4: Rendimento Mínimo Estimado (RME) por hectare fase de implantação.

Tabela 5: Rendimento Mínimo Estimado (RME) por área em manutenção.

**Lista de Quadros:**

Quadro 1: cálculo da remuneração (VR).

Quadro 2: cálculo do Fator Produtividade (FP).

**Lista de Gráficos:**

Gráfico 1: Produção anual de áreas implantadas, em hectares (ha), com dados de 1987 até o mês de outubro de 1999.

**Lista de Figuras:**

Figura 1: Símbolo do Mutirão de Reflorestamento.

Figura 2: Vista parcial viveiro da Fazenda Modelo.

Figura 3: Mutirantes do Morro da Formiga.

Figura 4: A Favela da Rocinha em primeiro plano, ao fundo a Lagoa Rodrigo de Freitas e o bairro do Leblon (Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro).

Figura 5: Coletores de mudas na Fazenda Modelo.

Figura 6: Área de implantação do Mutirão de Reflorestamento.

Figura 7: Vidigal onde mostra sua localização e visão privilegiada do RJ.

Figura 8 “O Globo”, dia 31 de dezembro de 1977, Matutina, Rio de Janeiro, página 9.

Figura 9: Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1904, Rio de Janeiro, capa.

[Digite aqui]



Figura 10: Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1904, Rio de Janeiro, caderno: Cidade, p.03.

Figura 11: Placa localizada no Vidigal que informa sobre a proibição de atividades que configuram Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998).

Figura 12: Educação Ambiental em área de reflorestamento no Morro da Babilônia.

### **Lista de Siglas:**

BNH- Banco Nacional de Habitação.

COHAB- Companhia de Habitação Popular.

FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

AI-5- Ato Institucional nº 5.

CHISAM- Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana.

CEDAE- Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

COMLURB- Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

CFL- Cada Família um Lote.

RGI- Registro de Imóveis.

SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

GEAP- Grupo Executivo de Assentamentos Populares.

SEH- Secretaria Extraordinária de Habitação.

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SMAC- Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

CO<sub>2</sub>- Gás Carbônico

CAE- Centro de Educação Ambiental.

CGAV- Coordenadoria Geral de Áreas Verdes.

CRA- Coordenadoria de Recuperação Ambiental.

RFM- Recibo de fornecimento de mudas.

[Digite aqui]

SMU- Secretaria Municipal de Urbanismo.

FP- Fator Produtividade.

VR- Valor da Remuneração.

Σ RO- Resultados Obtidos.

Σ RME- Resultados Médios Esperados.

SM- Salário Médio.

PEAR- Programa de Educação Ambiental de Reflorestamento.

RME- Rendimento Mínimo Estimado.

CV- Comando Vermelho.

#### **Anexo:**

#### **Roteiro das entrevistas dos mutirantes:**

- 1- Como foi a sua entrada no projeto?
- 2- Como foi a sua trajetória no projeto?
- 3- Como o projeto foi iniciado na comunidade?
- 4- Como é feita a plantação? Vocês ajudam a selecionar as mudas junto a prefeitura?
- 5- Vocês planam algo diferente, tipo plantas medicinais, da tabela de mudas?
- 6- Como é a relação dos técnicos com a comunidade? Ela vai além da relação com a Associação de Moradores?
- 7- Como é a relação da comunidade com o reflorestamento?
- 8- Em algum momento você pensou em sair do projeto? O que aconteceu?
- 9- O reflorestamento trouxe algum benefício para a comunidade? Ecológico, financeiro ou de segurança.
- 10- Como é a sua relação com os técnicos?
- 11- Você se sente valorizado pelo projeto e pela comunidade?
- 12- Você passou por alguma dificuldade em relação ao mutirão durante o período que você trabalhava no reflorestamento?

#### **Roteiro da entrevista dos técnicos:**

- 1- Qual a sua formação?

[Digite aqui]

- 2- Como foi a sua entrada no projeto? Você precisou fazer algum curso de capacitação ou ele foi oferecido a você?
- 3- Você estava no projeto quando ele começou na comunidade?
- 4- Como foi iniciado o projeto na comunidade? Com quem você falou para ele ser iniciado ou alguém da comunidade falou com você?
- 5- Como é a sua relação com os mutirantes? E com a comunidade?
- 6- Como é a sua relação com o encarregado?
- 7- Por que foi escolhida a área da zona sul para a grande expansão do projeto?
- 8- Existe alguma relação da comunidade com o reflorestamento?
- 9- Você já se sentiu insegura trabalhando nessa comunidade?
- 10- Em algum momento você sofreu alguma ameaça enquanto responsável técnica?
- 11- Você já viu algum técnico ser ameaçado?
- 12- Quais mecanismos você utiliza, para a sua segurança, quando entra nas comunidades?
- 13- Quando vocês terminam de fazer o reflorestamento vocês têm alguma forma de monitoramento dessas regiões? Como ela é feita?
- 14- A área de reflorestamento é muito invadida pela comunidade ou respeitada?
- 15- Como é feito o monitoramento das áreas reflorestadas?
- 16- Vocês monitoram os índices de deslizamento desde a implantação do projeto?
- 17- Quais os conflitos ambientais que existem na sua área?
- 18- Como é feita a manutenção? O seu reflorestamento está nesse estágio?
- 19- Você acha que o reflorestamento fica muito exposto aos conflitos ambientais como, por exemplo a criação de animais, soltura de balão e atividade religiosa? Você poderia me dar algum exemplo de algum fato ocorrido?
- 20- Vocês utilizam quais espécies?
- 21- Onde vocês usam as espécies frutíferas exóticas? E por que as utiliza?

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1</b>	<b>16</b>
<b>Breve histórico das políticas públicas em relação às favelas</b>	<b>23</b>
<b>A favela era mesmo uma solução ou uma solução ilusionista temporária?</b>	<b>25</b>
<b>A criação do estigma marginal</b>	<b>27</b>
<b>A ditadura civil-militar e as remoções</b>	<b>29</b>
<b>A abertura política e o novo olhar jurídico sob a favela</b>	<b>35</b>
<b>Brizola e sua política sobre a favela</b>	<b>39</b>
<b>O projeto Mutirão de Reflorestamento e a cooperação entre</b>	
<b>Estado e comunidade</b>	<b>43</b>
<b>Capítulo 2</b>	<b>57</b>
<b>Capítulo 3</b>	<b>86</b>
<b>Um breve retrato histórico do morro do Vidigal:</b>	<b>86</b>
<b>O início Mutirão de Reflorestamento no morro do Vidigal</b>	<b>91</b>
<b>A relação dos técnicos e dos mutirantes</b>	<b>95</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>102</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>104</b>

## **Introdução:**

“O mutirão nasce não apenas como forma de intervir na melhoria das áreas de favelas, mas também como um instrumento para o desenvolvimento da responsabilidade coletiva na perspectiva do respeito ao meio ambiente e sua interação com a cidade<sup>1</sup>.”

Celso Junius, engenheiro florestal, foi coordenador do projeto do Mutirão de Reflorestamento (1986) feito nas favelas do Rio de Janeiro. Esse programa é executado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, cujo principal objetivo a recuperação ambiental da Mata Atlântica carioca.

Inicialmente os moradores desmatavam os morros para expandir a área urbana de suas comunidades. O resultado desse desmatamento foi a exposição do solo, que se torna então mais suscetível à infiltração da chuva. Isso ocasionava, algumas vezes, o deslocamento de blocos e de terra e possíveis fazem vítimas fatais. Essa expansão passou a ser questionada pelos ambientalistas e pelas políticas e leis ambientais. Nesse sentido, buscando a conscientização dos moradores, a proteção ambiental e a valorização das comunidades locais foi elaborado o projeto Mutirão, no âmbito do Governo Municipal de Saturnino Braga.

O inovador do Projeto Mutirão é o diálogo com a Associação de Moradores para o recrutamento membros da comunidade para a recuperação ambiental, o acompanhamento das áreas reflorestadas por líderes comunitários e o acesso dessas áreas a todos da comunidade.

O recorte temporal desta dissertação foi eleito em virtude de o início do projeto ser em 1986 e 2009 pois é onde se percebe que existe uma estabilidade nas áreas de entrada do projeto e se começa um novo ciclo que é a da manutenção das áreas já reflorestadas.

Para este trabalho se tornar mais tático a vida real e sensível às relações sociais ele será feito através de um estudo de caso que é da comunidade Vidigal que foi eleita pela importância de sua localização e sua projeção internacional devido ao turismo.

---

<sup>1</sup> Depoimento do engenheiro Celso Junius F. Santos, coordenador do Projeto in SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelon, Luiz Nouvel Alessio e Farah, Marta Ferreira Santos, Org. Experiências Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 1998, p.4.

O objetivo geral desta dissertação é analisar o Mutirão de Reflorestamento como uma atividade comunitária em que as comunidades iram buscar junto ao Estado soluções que vão ter como desdobramentos ambientais, trabalhistas e políticas sociais.

No âmbito ambiental o objetivo específico será analisar como a recuperação florestal das áreas degradadas de diferentes comunidades cariocas promoveu também mudanças sociais como o ecoturismo, o sentimento de pertencimento.

Já na esfera trabalhista buscarei demonstrar como a modificação da relação de trabalho do mutirão de atividade voluntária para a modalidade remunerada, gerou uma estratificação social entre os mutirantes porque a diferença salarial chega a mais de 200 reais entre os cargos.

E por fim no campo das políticas sociais irei estruturar como as comunidades são selecionadas e como elas recebem o projeto, que representa o Estado, e a reação do tráfico de drogas em relação à representatividade da Prefeitura pelo mutirão.

Utilizando a metodologia da história oral. Para isso dividi os mutirantes e técnicos para entrevistas individuais para não serem influenciados uns pelos outros, pois cada relação é particular com o programa e as relações entre seus mutirantes e seus técnicos também.

Essas entrevistas foram feitas com quinze mutirantes residentes do Morro do Vidigal e com quatro técnicos da Prefeitura que durante o meu recorte temporal trabalharam com essa favela especificamente. Os roteiros<sup>2</sup> foram elaborados por mim segundo os questionamentos levantados ao longo da leitura das bibliografias e das fontes que tive acesso. Os encontros com os entrevistados foram feitos nas áreas de trabalho dos mutirantes e com os técnicos foi no prédio da Prefeitura por motivos de comodidades dos horários deles.

Neste trabalho analiso o Mutirão de Reflorestamento através de três perspectivas separadas nos capítulos ao longo da dissertação. O primeiro capítulo, tem como objetivo analisar o contexto do Rio de Janeiro no século XX e início do XXI sob a ótica das reformas urbanas e como elas influenciaram a busca de moradia da população mais pobre da cidade.

---

<sup>2</sup> Os roteiros estão disponíveis em anexo.

Para tal análise usarei como marco inicial a reforma de Pereira Passos que criou uma grande crise habitacional, para a população das camadas mais baixas, a criação do mito da marginalidade sobre a população favelada.

Discutirei as vertentes da não remoção e da remoção, sendo a última a vencedora, e as formas de articulações jurídicas que determinaram a estrutura favela juridicamente observando os locais dessas remoções. As formas diretas de resistência também as indiretas que são os moradores de conjuntos habitacionais indo morar nas favelas.

Farei toda essa análise para chegar à abertura democrática para comparar as políticas públicas em relação a população favelada. Para isso, analisarei a política feita por Brizola nas favelas com maior enfoque no Projeto Mutirão que deu origem ao Mutirão de Reflorestamento.

Já sobre o Mutirão discutirei a entrada neste nas comunidades, a figura do Estado em um local que seu domínio é fragmentado e disputada sua soberania com o tráfico de drogas e a forma que os técnicos da prefeitura são recebidos pela comunidade.

No segundo capítulo farei uma exposição sobre a implantação e resultados do programa dando visibilidade a primeira comunidade que foi implantado o programa.

Debater sobre o aspecto da remuneração dos mutirantes fazendo uma breve comparação ao salário dos mesmos sem o fator produtivo que foi atrelado a composição da remuneração no ano de 1995 e relacionar tal fato a Rio-92 que deu visibilidade ao Rio de Janeiro como cidade que equilibra natureza e urbanidade.

Por fim no capítulo três faço um histórico da comunidade e do reflorestamento do Vidigal para comparar os reflorestamentos tanto na visão dos técnicos quanto na visão dos mutirantes através das entrevistas elaboradas e feitas por mim.

Entender o turismo no Vidigal e suas consequências para o reflorestamento dentro da perspectiva de embelezamento de novas áreas da cidade compreendendo o processo de gentrificação da comunidade a partir da atividade turística.

**Capítulo 1:** A visão do Estado em relação à favela: da remoção à visão de cooperação passando pelo direito

O Rio de Janeiro tem mais planos de urbanização do que reformas efetivas de sucesso que visavam à expansão territorial da cidade, porém a compreensão da geografia da cidade é essencial para analisar seu crescimento urbano que teve como obstáculos suas montanhas, rios e praias.

Tendo como base a história e a configuração do espaço geográfico, podemos entender nos estudos de Maurício de Abreu<sup>3</sup>, que argumenta que a ocupação do espaço passa pela perspectiva do ambiente físico e o desenvolvimento da cidade. No caso do Rio de Janeiro, Abreu analisa a formação e a expansão da cidade espremida entre o mar que a montanha.

A mais famosa delas foi a reforma de Pereira Passos ou, como ficou conhecida, a “Bota Abaixo”. Esta reforma abriu várias vias no centro da cidade do Rio de Janeiro e expulsou a população que ali habitava, em cortiços, para áreas mais precárias<sup>4</sup>.

No século XX o inchaço urbano junto com a crise habitacional tão latente na cidade do Rio de Janeiro faz com que as pessoas de grupos desfavorecidos começam a procurar mecanismos dentro do espaço urbano para construir suas casas.

Segundo Igor Robaina<sup>5</sup>, mestre em História Social pela UERJ, afirma que em virtude da ausência de condições materiais para a conquista de um modelo habitacional de seus corpos e suas relações no espaço urbano, fazendo surgir os espaços clandestinos habitacionais, conhecidas e denominadas no Rio de Janeiro, popularmente, como favelas.

O surgimento da primeira “favela”, já com esta denominação, ocorre no fim do século XIX com a ocupação do Morro da Providência, em 1897, por militares sobreviventes da Guerra dos Canudos. Contudo ele ficou conhecido como favela porque Canudos foi construído perto do morro que tinha a planta favela e os soldados associavam o nome da planta as construções de Canudos que eram muito simples e as construções do Morro da Providência também eram então eles associaram as duas visões.

“Favela é um arbusto típico da caatinga nordestina e muito abundante no sertão de Canudos. Lá havia inclusive um morro com esse nome. Seja porque o morro da Providência se assemelhava ao morro existente em Canudos, seja porque os soldados ali encontraram (ou construíram) algo que lhes recordava Canudos, a verdade é que o morro da Providência passou a ser conhecido na cidade como morro da Favela”.<sup>6</sup>

Essa população viu nos morros a solução para agravamento da crise habitacional ocasionada pela reforma de Pereira Passos ou, como ficou conhecida, a “Bota Abaixo”, então estabelecida na cidade. Esta reforma abriu várias vias no centro da cidade do Rio

---

<sup>3</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IphanRIO, Zahar, 1987.

<sup>4</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IphanRIO, Zahar, 1987.

<sup>5</sup> ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *A Favela entre a Cruz e a Espada: A criação da Fundação Leão XIII e o Ordenamento Sócio-Habitacional Carioca (1947-1962)*: Ed. UERJ, São Gonçalo, 2009 (p. 24).

<sup>6</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iphan. RIO, 1997 (p. 45).



de Janeiro e expulsou a população que ali habitava, em cortiços, para áreas mais precárias<sup>7</sup>.

Então subir os morros era a saída para os moradores ficarem próximos ao centro da cidade, portanto perto de seus locais de trabalho. E assim começou ter um aumento no desmatamento da Mata Atlântica nos morros do centro, pois para as pessoas morarem nesses locais, era preciso abrir espaço para construírem suas casas e “urbanizar” uma parte da cidade que não se incorporava ao espaço urbano formal.

Isto é, precisavam construir casas, acessos, pontos de descarga de resíduos, espaços para obtenção de água, lazer e outros elementos da vida urbana, porém esse crescimento desordenado junto ao desmatamento resultou esses locais se tornarem propícios a deslocamento de terra e blocos rochosos que até hoje fazem muitas vítimas fatais ou não nessas áreas durante a temporada de chuvas.

As tentativas de engenharia social executadas na cidade do Rio de Janeiro, não se resumem a Pereira Passos. Pouco mais de meio século mais tarde, Carlos Lacerda, nos anos 60, iniciou um processo de desmanches das grandes favelas localizadas na zona sul.

Durante o Governo Lacerda a política de remoção de favelas foi colocada em prática e extinguiu várias comunidades como a da Praia do Pinto, favela da Ilha das Dragas (Lagoa Rodrigo de Freitas) e a da Catacumba, dentre outras. Marcelo Burgos, doutor em sociologia urbana, afirma nessa mesma época, o Estado se ocupou de controlar o local de destino da população removida: os habitantes dessas favelas foram na sua maioria transferidos para conjuntos habitacionais erguidos nos subúrbios e na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como, por exemplo, o conjunto habitacional de Vila Kennedy, uma região afastada do centro da cidade e das áreas de trabalho<sup>8</sup>.

A arquiteta em planejamento urbano regional, Rose Compans<sup>9</sup>, em seu artigo diz que a sociedade brasileira rechaçou a continuidade da política de remoções. Em seu lugar, o tema do direito à cidade e da regularização e urbanização de favelas tornou-se hegemônico na agenda política dos governos e das agências multilaterais. A disputa em torno do controle e da ocupação das encostas então incorpora o campo da política habitacional no da política ambiental. Aqui vemos a história ambiental associada à

---

<sup>7</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IphanRIO, Zahar, 1987.

<sup>8</sup> BURGOS, M. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

<sup>9</sup> COMPANS, Rose.R B. *A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental*. In *Estudos Urbanos e Regionais* V.9, N. 1/ Maio 2007.

história urbana, e a grande complexidade da natureza urbana presente dentro dos morros cariocas.

O processo de abertura política, pelo qual o Brasil passou na década de 1980, este processo não atingiu somente a esfera da política internacional, mas também as políticas públicas instituídas nas favelas que se tornaram mais democráticas e com parcerias entre moradores e Estado.

A cidade do Rio de Janeiro tem vivenciado a experiência de executar obras públicas com a utilização de mão de obra das comunidades carentes desde o início da década de 80. Um exemplo de política pública é o projeto Mutirão (1982) arquitetado por Leonel Brizola, prefeito do RJ nessa época, começou a pagar aos moradores das favelas pelo trabalho de melhoramentos nas comunidades. Porém isso não acabou com as chacinas nas favelas e nem com a política de exclusão que seus moradores viviam em seu cotidiano.

Isto se deu porque apesar do princípio da não remoção de favelas terem sido consagradas nas legislações urbanísticas elaboradas após a Constituição de 1988, mesmo aquelas mais progressistas – como é o caso do Plano Diretor do Rio de Janeiro emitido pela secretaria de habitação –, admite-se a possibilidade de remoção no caso de se encontrarem em “unidades de conservação ambiental” ou “áreas de risco”.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro (1992 – Prefeito César Maia), que ficou conhecido com o programa projeto Favela Bairro, consolidou a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade. Este plano traz para as favelas uma nova identidade, “a de bairros populares<sup>10</sup>”, fazendo a promoção dos serviços de urbanização para os moradores das comunidades como a construção de escolas, praças, escadarias, e principalmente, o recolhimento de lixo que foi muito solicitado pelos moradores no início do projeto. O artigo 147 deste plano define a favela como:

“Área aproximadamente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamentos irregulares, lote de forma e tamanho irregular e construção não licenciada, em desconformidade com os padrões legais.<sup>11</sup>”

---

<sup>10</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

<sup>11</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998(p.48).

A definição e a delimitação dos perímetros destas áreas tornam-se, assim, um elemento crucial para o destino das comunidades de favelas localizadas em encostas ou margens de corpos hídricos, pois podem determinar sua permanência ou remoção.

Irei dividir em dois momentos para discutir a influência da legislação ambiental dentro da ocupação da favela. No primeiro momento, a definição das encostas como área a serem protegidas pela legislação ambiental, gerou o desinteresse do mercado imobiliário. Tanto o fator legislativo quanto o imobiliário facilitaram a ocupação dos morros cariocas por uma população de baixa renda.

No segundo, porém ela proporciona uma nova justificativa para a contenção ou mesmo a remoção destes assentamentos informais. À delimitação administrativa das unidades de conservação ambiental soma-se a difusão da percepção – legitimada pelo discurso técnico-científico – de que a favela constitui um risco para a coletividade, seja pela possibilidade de ocorrência de desastres naturais, seja pelas características próprias da ocupação – como a falta de saneamento e a elevada densidade populacional –, enquanto fatores de degradação do meio ambiente urbano.

“A ocupação humana constitui o fator decisivo da origem e aceleração dos processos erosivos. Deflagrados pela ocupação do solo, os processos erosivos passam a ser comandados por diversos fatores naturais relacionados às características da chuva, do relevo, do solo e da cobertura vegetal<sup>12</sup>.”

A partir da ocupação humana desorganizada presente nas favelas da cidade do Rio de Janeiro e suas consequências para a sociedade carioca, a Prefeitura começou a dar atenção para os problemas de desastres ambientais e criou o projeto Mutirão de Reflorestamento, iniciado em 1986<sup>13</sup>, implementado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que propõe ter uma política mais democrática e baseada no diálogo através das Associações de Moradores em cooperação com o Estado. Tal diálogo é a base do projeto que leva as pessoas da comunidade terem uma voz ativa fazendo com que essas pessoas passem a se verem como cidadãos.

Inicialmente o Mutirão não era remunerado e, em fevereiro de 1987, o programa foi efetivamente iniciado através do plantio da primeira muda no projeto piloto de reflorestamento do Morro São José Operário, no bairro de Jacarepaguá. Essa primeira comunidade já apresentou o primeiro desafio:

---

<sup>12</sup>SALOMÃO, F. X. T. e IWASA, O. Y. Erosão e a ocupação rural e A. R. Atuação da Cobertura Vegetal na Estabilidade de Encostas: Uma Resenha Crítica. São Paulo: IPT, publicação nº. 1074 p.31-57, 1995.

<sup>13</sup> SALGADO, Silva. “*Mutirão de Reflorestamento*” Luis Mario Fujiwara, Neloson Luiz Nouvel Alessio e Marta Ferreira Santos Farah (Org.), Experiências Gestão Pública e Cidadania, SP,1998(p.1).

“O desafio maior do mutirão nessa primeira fase foi ele ser não remunerado porque moradores só trabalhavam nos fins de semana, quando e como queriam e os índices de mudas plantadas eram baixíssimas então o mutirão passou de voluntário para remunerado<sup>14</sup>.”

Após ver esses baixos índices de mudas plantadas ficando além das expectativas e necessidades no que se refere aos resultados e à qualidade: o trabalho voluntário apenas nos fins de semana não rendia aquilo que se esperava. A partir desta constatação do poder público começou a se preocupar em criar frentes de trabalho para as comunidades carentes, que eram características das áreas de intervenção. Surge, então, o mutirão remunerado. E já nessa condição, que em novembro de 1986 é criado o Mutirão Reflorestamento, como descreve S. Barboza:

“A partir de 1984, os trabalhadores envolvidos no Projeto Mutirão passam a ser remunerados e, em 1986, é criado um desdobramento do programa, voltado para a contenção de encostas, a recuperação e regularização das nascentes e mananciais, a limitação da expansão das comunidades em áreas de risco e a recomposição paisagística.<sup>15</sup>”

Primeiramente, há a consciência e a organização da população das áreas de atuação do projeto. As associações de moradores de favelas têm um peso significativo na realização do conjunto de obras oferecidas aos seus residentes. A pressão das comunidades organizadas sobre o poder público mostra-se decisiva. Isso vale para todos os empreendimentos realizados nessa época pela Prefeitura, com a participação da comunidade.

A iniciativa do mutirão buscava solucionar, basicamente: a precariedade do padrão de habitualidade das populações alvo, a carência de ações em prol de geração de renda e combate à pobreza, instabilidade das encostas geradora de áreas de risco geotécnico, progressivo desaparecimento de áreas florestais.

“As questões sociais inerentes às populações faveladas constituem o outro foco de atenção do mutirão de reflorestamento a criação das frentes de trabalho é também prioridade no sentido da geração de renda e oferta de ocupação nas áreas carentes<sup>16</sup>.”

“O objetivo era a promover a extensão de serviços públicos a comunidades faveladas. A participação da comunidade, no processo de

---

<sup>14</sup> Depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da SMAC. Desde o início do projeto Mutirão de Reflorestamento ele fez parte da equipe do projeto.

<sup>15</sup> BARBOZA, S. C. Políticas e programas habitacionais no município do Rio de Janeiro: uma avaliação da experiência (1979-2002). Niterói: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, 2013(p. 72-73).

<sup>16</sup> RODRIGUES, P. H. A. *Extensão dos serviços públicos às comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CDM, 1988(p.123).

planejamento e de implementação das ações, era considerada uma das peças-chaves desse projeto<sup>17</sup>.”

O recrutamento da mão de obra do mutirão se dá com as pessoas da comunidade e depois existe um treinamento para elas fazerem parte do mutirão, contudo tais pessoas são em grande maioria moradores da própria favela e aposentados, que veem no mutirão uma forma de complementar renda, e jovens, que estão iniciando no mercado de trabalho.

Fany Davidovich<sup>18</sup>, cientista social em urbanismo do Rio de Janeiro, faz uma crítica, com a qual concordamos, a esse caráter não empregatício que existe entre prefeitura e mutirante dentro do projeto. Segundo ela essa jornada de trabalho é penosa e quase sempre associada a atividades informais como a de *biscate*<sup>19</sup> resultando em um grande desgaste físico feito pelo trabalhador, sem que este usufrua de benefícios empregatícios como FGTS e 13º salário. Porém Silvia Salgado<sup>20</sup>, mestre em Ciências da Comunicação, afirma que alguns desses trabalhadores vão se organizar e criar cooperativas que irão fazer a manutenção desses locais de reflorestamento ou prestar serviço a empresas de paisagismo.

São objetos do Mutirão: áreas desmatadas de encostas, com forte declividade, sujeitas à ocorrência de escorregamento ou rolamento de blocos rochosos, representando riscos às comunidades, áreas próximas à comunidade carente, organizadas em associações de moradores, áreas que compõem bacias hidrográficas sujeitas a enchentes, assoreamentos de rios e canais de drenagem, e áreas de risco, sujeitas à expansão das comunidades por moradias de baixa renda.

A produção de mudas ocorre no Centro de Produção de Essências Florestais, na Fazenda Modelo, que conta com sala para beneficiamento laboratório e câmara para armazenamento de sementes.

“Um dos objetivos dos programas de reflorestamento: conter deslizamento, recuperar matas degradadas, regularizar a vazão dos rios e nascente, controlar a erosão e descarga de sedimentos que são levadas para a área de drenagem; [...]”

A escolha das áreas a serem beneficiadas com a recomposição vegetal segue este critério: estabilidade e presença de blocos, tipos de solo,

<sup>17</sup> RODRIGUES, P. H. A. *Extensão dos serviços públicos às comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CDM, 1988.

<sup>18</sup> DAVIDOVICH, Fany, *Programa favela: bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso do RJ* In Apresentação no Congresso: VII Encontro Nacional da ANPUR na área temática Urbanização e Regionalização.

<sup>19</sup> Biscate é a pessoa que trabalha em bicos.

<sup>20</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelson Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. *Experiências Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 1998.

declividade, áreas de bacias hidrográficas, áreas contribuintes para inundações, preservação de mananciais ...<sup>21</sup>”

Então segundo Valdeir Telles, engenheiro florestal, nem todas as áreas de favela podem receber o Mutirão isso porque para o projeto ser bem-sucedido essas áreas devem se encaixar nos padrões estabelecidos pela Prefeitura.

Logo, para esse engenheiro florestal, nem todas as comunidades podem receber o projeto e dessa maneira percebemos uma pré-seleção devidas às condições topográficas e hídricas de cada favela.

Percebi que o Mutirão de Reflorestamento tem uma relevância significativa na relação entre Estado e favela que antes era violenta e sem diálogo. Através desse programa da Prefeitura vi se formar uma nova relação que é de interação das Associações de Moradores e do Estado. Esse diálogo visa à diminuição do impacto ambiental e prevenir os deslizamentos de terra, deslocamentos de rochas, enchentes e assoreamento de rios. Estes são por outro lado problemas ambientais, que são dificuldades constantes na vida dos moradores dessas comunidades.

O Mutirão de Reflorestamento entrou nas comunidades com o objetivo de diminuir o risco dessas áreas transformando-as em áreas de proteção ambiental e desenvolvendo uma parte do reflorestamento por plantas típicas da Mata Atlântica e outra por plantas mais resistentes às condições ambientais que cada comunidade apresenta singularmente.

Pesquisar este projeto significa entender um aspecto importante da mudança no diálogo entre as comunidades e o Estado. Esse programa nos faz perceber que a relação entre o urbano e o meio ambiente afeta todos os habitantes da cidade independentemente de onde moram, da condição social ou nível econômico.

### **1.1- Breve histórico das políticas públicas em relação às favelas**

“Contento outrossim que várias ruas se projectão no mencionado morro de Santo Antônio, e nellas edificações de prédios que sem dúvida argumentarão excepcionalmente o custo do útil senão necessário desmoronamento; tornando-se a edificação da cidade por esta forma não só mais defeituosa, como ameaçadora a sua população com construções pouco sólidas, pondo risco, por ocasião das grandes chuvas, a segurança dos

---

<sup>21</sup> TELLES, V. Pobreza e cidadania: precariedade e condição de vida In: Martins, H de Serviço Social e Ramalho. J. R. (Org.) Terceirização - diversidade e negociação no mundo do trabalho, São Paulo: Editora HUCITEC CEDI/NETS, 1994.

habitantes de taes prédios, e causando grave inconveniente aos que habitam nos terrenos contíguos<sup>22</sup>”

O fragmento acima, datado de 1845, é de Rafael Gonçalves, doutor em História e Civilização pela Universidade Denis-Diderot (Paris VII) e professor da PUC-Rio, que expõe os desmoraamentos de barracos do morro Santo Antônio e os transtornos que causaram na cidade. Já em 1845 os problemas ambientais assolavam a cidade e seus moradores e nesse fragmento vemos a importância da geografia do Rio de Janeiro para entendermos esses problemas que envolvem conjunturas sociais, como fala Maurício de Abreu<sup>23</sup>, a cidade precisou se moldar a geografia e nasceu espremida entre o mar e a montanha.

Por ter nessa geografia peculiar a cidade passou por várias reformas urbanísticas ao longo de sua história e muitas delas tinham um foco nas zonas centrais da cidade e atingiu a população mais pobre que vivia nessas regiões.

Maria Galvão doutora em geografia urbana do Rio de Janeiro, aprofunda a tese de Maurício de Abreu quando fala que “a cidade se apresenta em um rico painel da convivência e da interação entre o ambiente natural e o ambiente construído em função das suas características fisiográficas, edáficas, climáticas, da sua flora e fauna<sup>24</sup>”. Comprimido entre o mar e montanha, ladeado por praias, restingas, baixadas parcialmente pantanosas e florestas o Rio de Janeiro tem seu crescimento forjado na luta pelo espaço e na superação das distâncias geradas por esse crescimento, frente às condições espaciais do seu meio físico.

Em virtude disso, conseguimos ver que os ambientes artificiais predominam sobre os ambientes naturais no decorrer da história, resultando, com frequência, em um desequilíbrio no ecossistema urbano da cidade. A cidade se desenvolveu em ritmo acelerado, dentro de um modelo caracterizado pelo uso e ocupação irracional do solo.

---

<sup>22</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*, Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P.46.

<sup>23</sup> ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro:IPHANRIO; Zahar, 1987.

<sup>24</sup> GALVÃO, Maria do. Carmo Correia. *Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro*. In: ABREU, M. de A. org. *NATUREZA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO*. Ed. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992. p.13-26.

Tal ocupação causou vários problemas ao longo da história, porém para se entender os problemas ambientais que amedrontam os moradores das classes mais baixas que residem nas comunidades do Rio de Janeiro é preciso entendermos as políticas de urbanização voltadas para essas áreas porque elas vão mostrar como o Estado lidava com essa população e também a transformação das políticas públicas em relação às favelas.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade passou por várias transformações urbanísticas. A mais famosa delas foi a reforma de Pereira Passos ou, como ficou conhecida, a “Bota Abaixo”. Esta reforma abriu várias vias no centro da cidade do Rio de Janeiro e expulsou a população que ali habitava, em cortiços, para áreas menos nobres<sup>25</sup>.

Dessa maneira essa população viu nos morros a solução para a crise habitacional então estabelecida na cidade. Subir os morros, com habitações construídas com as próprias mãos, era a saída para que os moradores ficassem próximos ao centro da cidade, portanto perto de seus locais de trabalho.

Lílian E. Vaz<sup>26</sup> vai aprofundar dizendo que o surgimento das favelas é uma consequência direta da política higienista contra os cortiços. Segundo a autora, as primeiras ocupações nos morros são “formas embrionárias de favelas”, já que estas tinham uma grande semelhança com os cortiços.

Assim começou a existir um aumento no desmatamento da Mata Atlântica nos morros do centro, pois para as pessoas morarem nesses locais, elas precisavam abrir espaço para construir as suas casas e “urbanizar” uma parte da cidade que não se incorporava ao espaço urbano formal. Isto é, precisavam construir casas, acessos, pontos de descarga de resíduos, espaços para obtenção de água, lazer e outros elementos da vida urbana.

Para Rafael Gonçalves<sup>27</sup> a reforma de Pereira Passos colocou em prática de forma integral as ideias higienistas. Melhoraram substancialmente as condições sanitárias da cidade e procuraram consolidar a seguinte divisão espacial para a cidade: o centro para

---

<sup>25</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IphanRIO, Zahar, 1987.

<sup>26</sup> VAZ, L. F. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras / FAPERJ, 2002. v. 1. P. 38.

<sup>27</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*, Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P.53.



os negócios, os bairros próximos ao centro, especialmente aqueles situados na orla marítima, na Zona Sul, para as classes médias e altas, e finalmente os subúrbios para as classes populares. Todavia vemos o reflexo dessa política urbanística está também na política de remoção que será executada anos depois.

## **1.2. A favela era mesmo uma solução ou uma solução ilusionista temporária?**

A favela nem sempre foi vista como um problema social ou urbanístico pelo poder público, pois ela permitia que uma parte da mão de obra barata residisse próximos aos seus trabalhos, visto que o mercado imobiliário considerava essas áreas desvalorizadas.

Através desse “consentimento” o processo de expansão das favelas teve um grande salto pela região da Zona Sul com as ondas imigratórias de nordestinos que buscavam trabalho no Sudeste durante o período da 2ª Guerra Mundial e acabavam indo residir nas favelas por elas serem locais mais baratos e a solução vista para essa população mais pobre para se manter próximo do trabalho e sem grandes custos era morar nos morros da cidade.

Contudo a política de tolerância em relação às favelas não reconhecia o espaço da favela como um ambiente de casas formais. A questão maior para o Estado era administrar os problemas sociais causados a ele que estavam crescendo, mas permanecendo com a visão que a favela tinha característica de moradia temporária.

Vendo as comunidades<sup>28</sup> como uma solução temporária e emergencial para seus moradores o Estado num primeiro momento não vai querer pôr um ponto final nas construções, pois ele vai acreditar que o processo de favelização iria acabar por si mesmo.

Todavia essa política tinha muita ambiguidade porque ao mesmo tempo em que se tolerava a favela também houve, segundo Maurício de Abreu<sup>29</sup>, duas remoções parciais na favela de Santo Antônio na primeira década do século XX. Esses conflitos provocaram debates sobre a forma como o Estado geria a questão habitacional e enquanto isso as favelas se expandiam e os conflitos sobre esse debate só aumentavam.

---

<sup>28</sup> Comunidade nesse trabalho é sinônimo de favela.

<sup>29</sup> ABREU, Maurício Almeida, Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro, In: Espaços e Debates. Volume 37, Ed. Garamond, 1997. P.40.

Tais remoções só foram possíveis graças ao Plano Diretor do Rio de Janeiro, de 1922, admitia a possibilidade de remoção no caso de se encontrarem em “unidades de conservação ambiental” ou “áreas de risco”. Este plano diretor foi um dos pontapés iniciais para se tornar juridicamente legal a possibilidade das remoções das favelas que foram executadas décadas mais tarde.

E ainda havia a crítica ambiental sobre a favela que acabava por atenuar ainda mais as discussões a respeito da remoção ou não remoção. No fragmento abaixo mostra essa crítica ambiental:

“O mal é de todos conhecido: as antigas e espessas mattas dos arredores da cidade, que lhe vestiam os morros, actualmente despedos da menor sombra de árvores, a floresta húmida e possante, de onde provinham os veios d’ água e as excellentes grotas de Cosme Velho, Sylvestre e Tijuca, toda a zona salubérrima da Gávea desapareceram, ficando da nossa grandeza florestal o esqueleto desnudado das montanhas que reverberam o sol das seis horas da manhã às seis da tarde. O pouco que ainda resta vai-se embora com a instalação contínua das favellas<sup>30</sup>.”

A partir desse fragmento vemos que o discurso ambiental tem muita força e ele acaba sendo colocado como uma das questões que levaram anos mais tarde, principalmente durante a Ditadura Civil Militar, aos governos a fazerem as remoções. Como podemos ver também que o foco desse discurso são os bairros do Cosme Velho, Sylvestre e Tijuca que ficam localizados nas regiões mais valorizadas do Rio de Janeiro.

Através desse fragmento percebemos que o foco do poder público era a remoção das comunidades da Zona Sul e não uma remoção de todas as favelas com uma integração de seus moradores nos conjuntos habitacionais e muito menos respeitando as relações sociais estabelecidas entre esses moradores e o território/área onde vivem.

Logo percebemos que a favela vista como solução para a crise habitacional do Rio de Janeiro foi momentânea e ilusória, pois nos bastidores havia movimentos jurídicos como o Plano Diretor de 1922 e outros explícitos como as remoções parciais da favela do Santo Antonio que deixam claro o que viria nos próximos anos.

Contudo para fazer a remoção o Estado precisava do apoio da população então acabou forjando o mito da marginalidade e entrelaçando ele aos moradores das

---

<sup>30</sup> Câmara do Distrito Federal, *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21, P. 165.

comunidades para dessa forma obter apoio da população e para criar um estigma sobre a população que residia nas favelas.

### 1.3. A criação do estigma marginal

“O evidente déficit habitacional, produto da migração interna cujo ritmo se acelerava rapidamente, era considerado a causa principal dos assentamentos marginais. A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção das favelas e construção financiada pelo governo de moradias adequadas de baixo custo<sup>31</sup>”.

Nesse fragmento vemos que a marginalidade era associada à estrutura da favela e mito da marginalidade foi uma das ferramentas principais para se legitimar as remoções das favelas, porque os morros eram vistos como um local onde a marginalidade se perpetuava. Mas em 1950<sup>32</sup>, o termo marginalidade começou a ser aplicado não somente as características estruturais das favelas, mas aos seus moradores.

Contudo essa visão do favelado marginal ainda não se dissociava da estrutura da favela, então segundo Janice Perlman<sup>33</sup> os órgãos habitacionais sob a vertente da escola etnográfica acreditavam que se o favelado fosse morar em um local estruturado sob a ordem urbana formal então eles iriam deixar de ser marginalizados.

Entretanto, logo isso muda quando este mito da marginalidade segundo Merton<sup>34</sup> é pautado na alta incidência de traços marginais que existem somente em indivíduos com características físicas negra e indígena que são identificado pelos grupos dominantes da classe média e atenuado pelo mercado imobiliário como marginais e esse último grupo visava os terrenos das favelas que estavam se valorizando exponencialmente que ficavam localizados na Lagoa Rodrigo de Freitas um dos cartões postais da cidade.

---

<sup>31</sup>PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 136.

<sup>32</sup> PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 138.

<sup>33</sup> PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 138.

<sup>34</sup> MERTON, Robert. Social theory and social structure, New York, The Free Press, 1957,p. 266.

Na invenção desse “mito” lembramos de Hobsbawn<sup>35</sup> quando ele fala sobre tradição e faz uma diferenciação entre tradição inventada, que seria a política, e a tradição genuína, baseada na identidade de grupo. Porém na criação do mito da marginalidade essas diferentes definições de tradição vão se entrelaçar.

Para este mito ser criado ele precisou ser pautado na política usando as influências da classe média nesse período, que seria a tradição inventada, junto com a identidade de grupo, tradição genuína, que foi vista primeiramente como o local onde esse grupo habitava.

Assim sendo podemos verificar que a classe média vai usar a cor da pele como fator determinante para tornar-se uma pessoa marginalizada. Tal fator deve ter sido escolhido, pois é um dos poucos que diferencia essas pessoas nos locais públicos da cidade onde todos tem livre acesso.

Então a tradição inventada adicionou a mais uma característica da tradição genuína que era a cor da pele de grupos renegados e marginalizados<sup>36</sup> da sociedade a imputou aos moradores dessas comunidades com o objetivo diferenciar essas pessoas e até mesmo de aferir que as condições desses grupos não fazem parte da sociedade da zona sul.

Logo percebemos que o Estado vai usar sua máquina estatal para fazer essa diferenciação entre as pessoas que poderiam morar na Zona Sul da cidade para aquela que não eram bem-vindas. Lembrando que essa diferenciação entre pessoas e áreas de habitação na cidade veio durante a reforma de Pereira Passos como já salientou anteriormente Rafael Gonçalves<sup>37</sup>.

#### **1.4. A ditadura civil-militar e as remoções**

Com a instauração da Ditadura Civil-Militar em abril de 1964, a intenção de eliminar em definitivo as favelas da paisagem urbana ganhou ímpeto nunca visto antes.

---

<sup>35</sup> HOBBSAWN, Eric. La invención de la tradición. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Eds).

La Invención de la tradición. Barcelona: Editora Crítica, 2002, p.7-20.

<sup>36</sup> Esse marginalizado é a margem da sociedade e não tendo a ver com o mito da marginalidade.

<sup>37</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P.53.

O ‘problema-favela’ clamava, segundo autoridades e setores da sociedade por uma solução urgente. De modo que é cobrada uma ação do Estado em relação às favelas em editorial do Jornal do Brasil por ocasião das chuvas de 1966:

“No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto às favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida<sup>38</sup>”.

Pelo fragmento acima podemos perceber que a remoção das favelas é a manifestação direta e concreta da ideologia do mito da marginalidade para se diminuir o poder de barganha e de voto que tinham os favelados objetivando também o embelezamento de parte da cidade.

Porém o Estado também queria o domínio do território que é algo de extrema importância, lembrando que segundo o autor Rogério Haesbaert<sup>39</sup>, a dominação do território não é somente pelo lado do poder político, mas diz respeito ao poder mais concreto que é o poder de apropriação do território.

Deste modo quando o território dos morros que se localizavam as favelas que foram removidas eram áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário então o poder público deixou essas pessoas carentes se apropriarem de tal território, contudo quando essas áreas passam a ser valorizadas, numa lógica de acumulação capitalista, a prefeitura quis a dominação desses locais que foi executada pela máquina do Estado através do poder público, pois a remoção estava prevista em lei sufocando assim a possibilidade de reapropriação desses espaços novamente pela população carente.

Contudo o poder de voto dos moradores da favela ainda pesava muito nas eleições tanto que Carlos Lacerda não conseguiu se reeleger em 1965 e o candidato vitorioso foi

---

<sup>38</sup> BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. In. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

<sup>39</sup> HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade, Porto Alegre, 2004.

Negrão de Lima que tinha um discurso que não daria continuidade às remoções, porém durante o mandato dele houve os desmanches das grandes favelas da Zona Sul.

Os recursos emprestados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH<sup>40</sup>) deviam ser pagos posteriormente em prestações mensais pelos compradores das moradias da COHAB (Companhia de Habitação Popular). Para famílias com 3 a 6 salários mínimos ou mais a função da COHAB era substituída por cooperativas ou companhias de crédito imobiliário.

Em 1967<sup>41</sup>, o BNH ganhou força porque passou a contar com recursos do FGTS<sup>42</sup> que ampliou seu capital e que acabou proporcionando uma intensificação das remoções. Porém com a promulgação do AI-5<sup>43</sup> (13 de dezembro de 1968) houve o fechamento total dos canais de expressão e organização da sociedade civil, com as organizações comunitárias de favelas entre elas. Assim o poder de barganha nas associações de moradores acabou e a do voto também e o fantasma da remoção voltou a assustar os moradores das favelas.

O AI-5 possibilitou a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM) que era uma autarquia com o objetivo de assegurar a política de remoção sob o controle do governo federal.

Segundo Janice<sup>44</sup> a política de remoção foi possível, pois houve uma junção de recursos do BNH e da COHAB que deu início a várias construções na cidade do Rio de

---

<sup>40</sup> PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p.242.

<sup>41</sup>BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. In. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013, p. 181.

<sup>42</sup> Fundo de garantia trabalhista.

<sup>43</sup> BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. In. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013, p. 181.

<sup>44</sup>PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 242.

Janeiro que acabou permitindo à CHISAM começar a remover favelas maciçamente. Os números abaixo mostram o objetivo dessa instituição numericamente:

“O principal objetivo da CHISAM era remover 100 famílias por dia. A CHISAM fez uma programação que até 1973 acabaria com 62 favelas e transferiria 35.157 famílias (175.785 pessoas) para os conjuntos habitacionais<sup>45</sup>”.

Vemos esses números altos que nos fazem pensar no alto investimento para a retirada desses moradores das áreas valorizadas para as classes médias e o mercado imobiliário se apropriarem desses locais e conseqüentemente se ter o embelezamento da zona sul da cidade como havia sido executada no centro com a derrubada dos cortiços.

Dessa maneira podemos perceber que se não houvesse a junção desses financiamentos a política de remoção não seria possível o seu início, já que os favelados iriam ser removidos e depois pagariam as prestações pelas casas ou apartamentos.

Porém havia algumas diferenciações dentro dos conjuntos habitacionais da CHISAM, pois eles eram distribuídos de acordo com os níveis de renda familiar dos favelados e as famílias eram enviadas para apartamentos em prédios de cinco andares sem elevadores, para casas individuais, ou – no caso dos mais pobres – para alojamentos provisórios chamados triagem<sup>46</sup> alguns desses locais se localizam em locais mais distantes do centro da cidade como Santa Cruz e Paciência. Essa distribuição vai fazer com que exista um acentuamento na desigualdade tanto social quanto ao acesso aos serviços públicos.

Segundo Janice Perlman<sup>47</sup>, os moradores das favelas acabaram sendo atingidos através dessa distribuição nos conjuntos habitacionais de forma econômica, familiar e cultural ou escolar. Na forma financeira é porque esses moradores não tinham como arcar com os valores dos transportes dos conjuntos até o centro da cidade e as mulheres que

---

<sup>45</sup>PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 242.

<sup>46</sup> PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 242.

<sup>47</sup>PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977.

eram empregadas domésticas na zona sul tiveram que largar seus empregos para cuidarem dos filhos, já que o processo de remoção e locação no conjuntos não respeitaram as regras de vínculo familiares ou de vizinhança que ajudavam essas mulheres a irem trabalhar podendo deixar seus filhos na comunidade com alguém de confiança e isso ocasionou uma redução significativa na renda dessas famílias.

Já na perspectiva familiar foi causada pela econômica, pois os homens não podiam voltar todos os dias para casa então passavam a semana inteira trabalhando e só voltavam no final de semana e depois de algum tempo, na maioria dos casos eles não voltavam e criavam novas famílias nas favelas próximas ao centro resultando assim na diluição dos laços familiares. E na escolar era que muitas mães achavam que o ensino nas escolas do subúrbio onde se localizavam os conjuntos habitacionais era muito fraco em relação às escolas da zona sul que seus filhos conseguiram estudar através dos endereços das patroas e com isso os filhos dessas empregadas tinham acesso a escolas com ensino de qualidade, já que nas favelas não se tinha escola.

Logo percebemos que a política de remoção não só atingiu a relação dos moradores com o local que viviam, mas o modo de vida e de barganha que possibilitava ter um estilo de vida melhor através dos bicos, dos empregos das mulheres e até mesmo de conseguir escola de melhor qualidade para seus filhos conseguirem ter uma vida melhor.

Entretanto a política de remoção fazia várias propagandas e levavam alguns moradores para visitarem os conjuntos habitacionais e eles acabavam divulgando que o espaço desses locais era muito bom e isso fez com que alguns moradores achassem interessante essa política. Mas como vimos os números anteriormente a realidade foi bem diferente das propagandas porque elas divulgavam a retirada de poucas famílias por vez só que na hora da execução as famílias eram removidas em caminhões amontoadas e levadas para conjuntos habitacionais sem estrutura como, por exemplo, Vila Kennedy na Zona Oeste da cidade bem afastada do centro.



Nem todos os moradores das favelas concordavam e resistiam às políticas de remoção e segundo Janice<sup>48</sup> um exemplo disso são os moradores da Praia do Pinto, que abrigava cerca de 7 mil pessoas, que se recusaram a sair da favela ou a serem transferidos.

“Durante aquela noite, um incêndio “acidental” alastrou-se pela favela: apesar de muitos moradores e vizinhos alarmados terem chamado os bombeiros, esses evidentemente cumprindo ordens, não apareceram. Pela manhã, quase tudo tinha sido arrasado. “Muitas famílias não conseguiram salvar nem seus poucos haveres, e os líderes da “resistência passiva” desapareceram completamente, deixando suas famílias em desespero<sup>49</sup>”.

No fragmento acima vemos como o grupo de resistência da favela da Praia do Pinto foi tratado e os artifícios usados para se executar a remoção desses moradores. Isso nos faz perceber que a remoção das favelas não era uma opção e algo imposto e determinado pelo Estado.

Essa resistência nos faz recordar o texto do Pollack<sup>50</sup> quando ele traz à tona o confronto da memória das instituições civis em disputa com o Estado. Porque as resistências da favela Praia do Pinto vão lutar dizendo que sempre viveram ali e se identificam com o local enquanto o Estado munido do “mito da marginalidade” e do poder legitimado da força que aparece quando os líderes da resistência desaparecem e através da ocultação de socorro.

Logo depois dessa remoção imposta pela força se construiu no local dessa favela edifícios de apartamentos financiados para militares desse modo podemos aferir a força do regime ditatorial no processo de remoção e os laços dele com o mercado imobiliário.

---

<sup>48</sup>PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 247.

<sup>49</sup>PERLMAN, Janice E. O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 247.

<sup>50</sup>POLLACK, Michael. “Memória e Identidade Social”. Revista Estudos Históricos, v.5, n. 10, 1992, pp.200-212.

Segundo Alejandro Portes<sup>51</sup> muitos favelados não tinham condições de assumir os financiamentos e assim se viram forçados a deixar seus apartamentos e voltar a morar em outras favelas. Portanto os conjuntos habitacionais viraram só mais um passo para a proliferação de favelas na Zona Oeste e Zona Norte que eram áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário.

Segundo Lícia Valladares<sup>52</sup> entre o período de 1968-1974 correspondeu a 65,1% de todos as remoções efetuadas entre 1962-1974, o crescimento das favelas chegou a 74% entre 1970-1974 o crescimento da população favelada foi de 36%. Logo a política de remoção não parou com o processo de favelização e ainda conseguiu enfraquecer a legitimidade política e mostrou que essa política acabou se tornando um desastre financeiro.

Rafael Gonçalves<sup>53</sup> vai salientar dizendo que no relatório da CHISAM expressava o desejo de eliminar todas as favelas da Zona Sul, com exceção da Rocinha porque o Estado viu na Barra da Tijuca uma reserva fundiária e o potencial imobiliário, já que este local da cidade estava livre de favela.

Portanto vemos que a política de remoção afetou não só a vida dos ex-moradores de favelas, mas também ajudou na proliferação do processo de favelização na Zona Norte e Zona Oeste e teve como resultado um problema financeiro em virtude da impossibilidade do pagamento dos apartamentos e casas dos conjuntos habitacionais.

### **1.5. A abertura política e o novo olhar jurídico sob a favela**

O processo de abertura política pelo qual o Brasil passou na década de 1970 e 1980, não atingiu somente a esfera da política internacional, mas também as políticas com as favelas se tornaram mais democráticas e com parcerias entre moradores e Estado.

---

<sup>51</sup> Alejandro Portes. Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado. Estudos CEBRAP (No. 22) (1978) Singer, 1972.

<sup>52</sup> VALLADARES, Lícia. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Licia do Prado Valladares. Zahar Editores, 1978.

<sup>53</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro: Pallas: Ed.PUC-Rio, 2013. pp. 249.

Segundo Rafael Gonçalves<sup>54</sup>, que é jurista e historiador e Doutor em História e Civilização pela Universidade Denis-Diderot (Paris VII), diz que nos anos de 1970 a política urbana não visava mais erradicar as favelas, e sim urbanizá-las e legalizá-las. Nesse discurso vemos que a visão sob a favela como um lugar que deve ser exterminado na paisagem urbana, que é baseada nas políticas de remoção do período ditatorial, e dos pontos turísticos se modifica e tal discurso também norteou as bases jurídicas da Constituição de 1988, ou como ficou conhecida com Constituição Cidadã.

Contudo, a nova Constituição não fez qualquer menção específica sobre as favelas, porém determinou que a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios seriam dali por diante simultaneamente pelas políticas de produção de moradias, de melhoria do parque imobiliário existente e do saneamento (artigo 23, IX). Já no artigo 22, X fala que as políticas públicas devem combater as causas da pobreza e os fatores de exclusão promovendo assim uma maior integração social dos setores mais desfavorecidos da sociedade.

Deste modo, vemos que a Constituição Federal (1988) vai definir que se precisa ter integração social executada através de políticas públicas o que acabou deslegitimando as políticas de remoção não só na esfera da cidade do Rio de Janeiro ou do Estado, mas em um âmbito federal para todo o país. Podemos perceber que essa deslegitimação quanto às políticas de remoção foi ocasionada pelo repúdio a tudo o que fazia referência ao período ditatorial, no entanto esse repúdio vai ser amenizado com o passar dos anos.

E colocando na Constituição Federal que as políticas de produção de moradia sendo responsabilidade simultânea de todas as esferas de poder acabou determinando que os Municípios e Estados que são os primeiros atingidos pelas construções de moradias irregulares vão ter que determinar um modo de integração dessas moradias a configuração do espaço dito como formal do mercado imobiliário.

Essa integração de moradias formais com as informais vai além, pois ela promove uma melhoria da qualidade de vida em relação à organização do espaço urbano.

---

<sup>54</sup>GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro: Pallas: Ed.PUC-Rio, 2013. p.291.

Então tal integração pode ser vista em Henri Lefebvre<sup>55</sup>, quando observa que o “direito a cidade” é manifestado pelo direito do cidadão que não está excluído da centralidade do espaço urbano ou que não tenha seu direito limitado dentro da cidade.

Para isso, observa-se que na Constituição Estadual do Rio de Janeiro, o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro (1986), elaborado durante a administração do prefeito Marcelo Alencar (1983-1986), já consolidava a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade. Esse Plano Diretor vai abrir a possibilidade de se pleitear o usucapião de toda a superfície da favela e o domínio do solo seria dado aos moradores de forma coletiva onde a divisão seria por igual independentemente do tamanho do terreno ocupado pelo morador em questão.

Portanto, esse Plano Diretor assegurou o direito à moradia e determinou que o governo e o município tivessem que promover a urbanização e a regularização fundiária. Através dessa determinação houve interdição legal de qualquer política de remoção de favela.

A arquiteta Rose Compans<sup>56</sup>, doutora em planejamento urbano IPPUR-UFRJ, no entanto, diz que a sociedade brasileira rechaçou a continuidade da política de remoções iguais ao período da ditadura civil-militar e devido a essa pressão social houve essa mudança na lei. Em seu lugar, o tema do direito à cidade e da regularização e urbanização de favelas tornaram-se hegemônico na agenda política dos governos e das agências multilaterais. A disputa em torno do controle e da ocupação das encostas incorpora o campo da política habitacional ao da política ambiental. Aqui vemos a história ambiental associada à história urbana e a grande complexidade da natureza urbana presente dentro dos morros cariocas.

Porém Rafael Gonçalves<sup>57</sup> diz que o Plano Diretor de 1992 no Artigo 44, parágrafo 1º vai falar que as remoções só são possíveis se estivessem situadas: 1) em locais que representem risco para a população; 2) na vizinhança de áreas de proteção de

---

<sup>55</sup>LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.

<sup>56</sup>COMPANS, Rose .R.B. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. In Estudos Urbanos e Regionais V.9, N. 1/ maio 2007.

<sup>57</sup>GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P. 300.

águas de superfícies (lagoas, rios, baía ou mar); 3) perto de fontes de água potável ou de torres de alta tensão; 4) às margens de estradas (federais, regionais ou municipais); 5) em parques naturais ou áreas de proteção; 6) em parques naturais ou em área de proteção; 7) sob viadutos, pontes ou passarelas e nas suas proximidades, por motivo de segurança ou de instalação de infraestruturas urbanas; e finalmente, 8) em áreas insalubres.

Assim pode-se verificar que a remoção continua sendo um risco eminente e legal para as favelas mesmo no período democrático regido por uma Constituição Federal de 1988 que prevê que todo o cidadão tem direito à moradia. Essa política de remoção continua, pois se teve um esquecimento da memória dos moradores das favelas que foram removidas e segundo Beatriz Sarlo<sup>58</sup> o testemunho é um artifício de justiça e por isso que esses moradores vivem reivindicando sua memória da favela e da remoção porque é através dela que vão se fazer ouvir e a possibilidade de terem suas reivindicações atendidas é maior.

A memória que eles continuam reivindicando se materializa na “guerra de memória” que é uma disputa entre os moradores que reivindicavam suas memórias de remoção e o Estado que quer seu silenciamento e esquecimento o que proporcionou a possibilidade de a política de remoção ser colocada em prática no período democrático.

Beatriz Vieira<sup>59</sup> vai justificar essa atitude dizendo que nas práticas do liberalismo não cabem abrir espaço para a concepção e a possibilidade de as democracias serem plurais, do ponto de vista teórico, pode-se pensar que as práticas democráticas e os sentidos de liberdade sejam construções processuais que dependem de diversas determinações sócio históricas; e do ponto de vista historiográfico, vale observar o modo como tais conceitos foram relidos, refeitos e readequados durante o processo de formação

---

<sup>58</sup>SARLO, Beatriz. Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia da Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

<sup>59</sup>VIEIRA, Beatriz Morais. Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos. In Revista Maracanan Edição: n.11, Dezembro 2014, p.72.

nacional brasileira em suas diversas fases espaço-temporais e respectivas culturas políticas<sup>60</sup>.

Com essa afirmação podemos verificar que mesmo com a Constituição de 1988 sendo chamada de Constituição Cidadã ela foi pautada na visão do liberalismo ainda que na conjuntura da abertura democrática, que se baseou na ordem social dada pelo período ditatorial que mesmo a nova legislação determinou obras de infraestrutura (asfalto, rede de esgoto e água) na favela ela não previu uma integração dos moradores a cidade e aos recursos da cidadania.

Já o Plano Diretor de 1992 trouxe para as favelas uma nova identidade, “a de bairros populares<sup>61</sup>”, além de vila urbanizadora. O artigo 147 deste plano define a favela como:

“Área aproximadamente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamentos irregulares, lote de forma e tamanho irregular e construção não licenciada, em desconformidade com os padrões legais<sup>62</sup>”.

A definição e a delimitação dos perímetros destas áreas tornam-se, assim, um elemento crucial para o destino das comunidades de favelas localizadas em encostas ou em margens de corpos hídricos, porque essa definição pode determinar a permanência ou remoção da favela, já que esta está fora dos padrões legais de construção e urbanismo.

O artigo 152<sup>63</sup> do Plano Diretor de 1992 deu as diretrizes da política de urbanização e de regularização fundiária que são 1) a integração da favela ao bairro; 2) a preservação da tipicidade da ocupação local do solo; 3) a previsão da implantação

---

<sup>60</sup> VIEIRA, Beatriz Morais. Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos. In Revista Maracanã Edição: n.11, Dezembro 2014, p.71.

<sup>61</sup>BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

<sup>62</sup>BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. Op, cit., p.48.

<sup>63</sup>GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013, p. 301.

progressiva e gradual das obras de infraestrutura visando manter a complementaridade entre essas obras e os procedimentos de regularização fundiária.

Esse Artigo 152 na 3<sup>o</sup> diretriz deu a base para os programas de infraestrutura nas comunidades. Um exemplo disso é o projeto Favela Bairro<sup>64</sup> (1992), que será esmiuçado mais a frente, que promovia serviços de urbanização para os moradores das comunidades como a construção de escolas, praças, escadarias, e principalmente, o recolhimento de lixo que foi muito solicitado pelos moradores no início do projeto.

Esta busca por “aparência de bairro” resulta dos dilemas da ocupação informal, onde a sociedade e a natureza urbana se aliam para evidenciar a precariedade das moradias. Os moradores precisam conviver com suas casas apinhadas dentro de um ambiente biológico com mosquitos, a falta d’água; o lixo, o esgoto inapropriado e os gases contaminantes no ar.

#### **1.6. Brizola e sua política sobre a favela**

Quando Brizola assume o governo do Rio de Janeiro em 1982 existiu uma mudança comportamental na Administração Pública onde se baseou em medidas como o fim das operações policiais nas favelas, regularização fundiária e instalação de serviços públicos para os moradores.

Na área da segurança, o governador desenvolveu uma agenda social que priorizava as favelas onde discutia como tratar a favela e seus moradores baseado nas referências dos direitos humanos e isso incluía os órgãos das forças de segurança pública como, por exemplo, a Política Militar e Civil. Isso foi um grande avanço do ponto de vista das políticas públicas, pois nos anos anteriores as comunidades eram vistas como um local de marginal o que resultou nos argumentos para as remoções ocorridas nos anos da ditadura militar.

Já na parte do acesso aos serviços públicos Brizola o Programa da Favela da CEDAE, entre os anos de 1982 a 1985, cujo objetivo era levar o sistema de água e esgoto

---

<sup>64</sup> PAULO, P. P. Do "Ponha-se na Rua" ao "Sai do Morro Hoje": das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica". Ed. UFF, Niterói, 2013.

também o de iluminação pública para as comunidades porque segundo Burgos<sup>65</sup> das 364 favelas cadastradas no programa de iluminação somente 47 tinham acesso ao serviço.

Já na parte da viabilização para o recolhimento do lixo, foi muito solicitado pelos moradores no início do projeto, a COMLURB precisou comprar equipamentos que conseguissem subir nos morros e que passassem pelas vielas estreitas. Na esfera do lazer a Lei Municipal nº 330/1982 autorizou a construção de praças nas comunidades e no âmbito da distribuição de energia elétrica a Lei Municipal nº380/1982 autorizou que a Light (concessionária de energia da cidade do Rio de Janeiro) instalar iluminação pública nas vias de acesso a comunidade e em seus espaços comuns através de um acordo com o município.

Deste modo a favela conseguiria usufruir dos mesmos direitos de qualquer outro bairro do Rio de Janeiro, visto que seus moradores também eram cidadão então o local que moravam também deveria ter os mesmos serviços públicos e tratamento para seus residentes.

Por fim na esfera da regularização fundiária o governador fez o projeto “Cada Família um Lote<sup>66</sup>” (CFL) que consistia na promessa de compra e venda, fornecido pela Companhia Habitacional do Estado do Rio de Janeiro onde o beneficiário adquiria o direito de registrar seu imóvel no Registro de Imóveis (RGI) após o pagamento do financiamento. Segundo Gonçalves<sup>67</sup> só era impedido a comercialização do bem durante o financiamento.

No entanto, essa política teve várias dificuldades para ser implantada como, por exemplo: a escassez de recursos administrativos e financeiros. Para Burgos<sup>68</sup> essa política for importante porque deu segurança aos moradores para investirem em suas moradias.

---

<sup>65</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

<sup>66</sup> CARVALHO, Leo Fontes Paz de. Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2013.

<sup>67</sup> GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013, p. 301.

<sup>68</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.



Entretanto, ao mesmo tempo em que eram efetuadas as políticas públicas de Leonel Brizola, o tráfico de drogas começou a ser o principal protagonista das manchetes de jornal na época, o que gerou em muitas críticas em relação à política do governador. Esses noticiários começaram a influenciar chegando ao ponto de ser um dos fatores determinantes nas disputas das urnas em 1986, onde Moreira Franco saiu vitorioso.

Mesmo com as críticas as políticas públicas implantadas por Brizola foi um divisor de águas, pois elas trouxeram a visão de cidadania e respeito para a favela e seus moradores.

Com a visão de cidadania da política de Brizola surgiu o Projeto Mutirão<sup>69</sup>, em 1982, gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) onde 15 favelas foram atendidas com obra de acesso, contenção de encostas pavimentação e serviço de água e esgoto.

Este projeto era executado por meio de trabalho voluntário dos moradores e eles receberiam apoio de custo por essa possibilidade e em contrapartida isso deveriam fornecer de mão de obra gratuitamente. E, segundo Lu Peterson<sup>70</sup>, a população das comunidades não queria trabalhar sem remuneração então houve em 1984 um seminário na UERJ, com a participação de 80 comunidades e chegaram à solução que deveriam remunerar o serviço.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro (1992 – implantado no âmbito do governo do Prefeito Marcelo Alencar) consolidou a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade. Tal plano traz para as favelas uma nova identidade, “a de bairros populares<sup>71</sup>”, além de conjunto habitacional urbanizador. O Artigo 147 deste plano define a favela como:

“Área aproximadamente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamentos irregulares, lote de

---

<sup>69</sup> PAULO, P. P. Do "Ponha-se na Rua" ao "Sai do Morro Hoje": das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica". Ed. UFF, Niterói, 2013.

<sup>70</sup> PETERSON, Lu. Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

<sup>71</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

forma e tamanho irregular e construção não licenciada, em desconformidade com os padrões legais<sup>72</sup>.

No fragmento acima vemos que o foco desse Plano Diretor era relatar as características técnicas de sua estrutura e não as características físicas de seus moradores<sup>73</sup>. Porém usar as características estruturais também era uma forma de rediscutir o mito da marginalidade pois agora ele está atrelado dentro da política pública somente ao meio físico da comunidade, contudo isso não deixa de ser uma forma de estigmatizar essa população já que as condições de moradia precárias não velava o nível baixo de escolaridade e escassas oportunidades boas de trabalho logo usar as características do meio biofísico envolvia toda a situação de marginalidade que aqueles cidadãos viviam em seu cotidiano.

O Plano Diretor orientou o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP), criado durante o governo do prefeito César Maia, com seis projetos habitacionais: Regularização de Loteamentos; Regularização Fundiária e Titulação; Novas Alternativas; Morar Carioca; Morar Sem Risco e Favela-Bairro. Segundo Burgos<sup>74</sup> para a execução desses planos, criou-se a Secretaria Extraordinária de Habitação (SEH).

Então o Projeto Mutirão se fragmentou dando origem ao programa Favela Bairro, criado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, segundo a definição do GEAP, o favela-bairro teria por objetivo “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acesso) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade<sup>75</sup>”. E através dele, foram implantadas redes de esgoto, pavimentação, drenagem e vias de acesso em

---

<sup>72</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998 p.48.

<sup>73</sup> Lembrando que tanto as características estruturais das favelas quanto às características físicas de seus moradores foram usado para forjar o estigma da marginalidade apresentado nas páginas 24 até a 30.

<sup>74</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

<sup>75</sup> BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

várias favelas da cidade. Esse projeto visava minimizar os problemas estruturais e de serviço nas comunidades.

Outra parte dessa fragmentação deu início ao Mutirão de Reflorestamento em 1986 que tinha as principais características do Projeto Mutirão. Com objetivo de conter o desmatamento e conseqüentemente o aumento do risco de deslizamento e enchentes. Ele passou então a integrar ao conjunto de intervenções feito pela Prefeitura para prevenir dos desastres causados durante o período de chuvas fortes, que acontece entre os meses janeiro e março, que acabam atingindo a maioria dos moradores de cidade e ainda mais às populações carentes podendo, algumas vezes, fazer vítimas fatais.

### **1.7. O projeto Mutirão de Reflorestamento e a cooperação entre Estado e comunidade**

A cidade do Rio de Janeiro vivenciou a experiência de executar obras públicas com a utilização de mão de obra das comunidades carentes desde o início da década de 80. O Projeto Mutirão Reflorestamento nasce do Projeto Mutirão implantado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Até 1985, as obras públicas nas áreas de favelas estavam limitadas ao esgoto sanitário, à drenagem e à construção de escadarias, porém em 1986 essa mentalidade se modifica como se pode ver no depoimento abaixo:

“O mutirão nasce não apenas como forma de intervir na melhoria das áreas de favelas, mas também como um instrumento para o desenvolvimento da responsabilidade coletiva na perspectiva do respeito ao meio ambiente e sua interação com a cidade<sup>76</sup>”.

A partir desse depoimento percebemos que através da análise historiográfica sobre o projeto deriva da intersecção de várias interações entre Estado e comunidades que usa a visão trazida na Constituição que diz que todos têm direito a moradia digna.

---

<sup>76</sup> Depoimento do engenheiro Celso Junius F. Santos, coordenador do Projeto in FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel and FARAH Marta Ferreira Santos (Org.), Experiências Gestão Pública e Cidadania, SP,1998(p.4).

Contudo com a topografia particular do Rio de Janeiro e com a expansão territorial das favelas os morros ficaram com pouca proteção vegetativa como se pode ver no depoimento abaixo:

“Desde sua fundação até hoje, a cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo mudanças radicais no uso do solo decorrentes de processo de urbanização acelerada. Apesar disso, ainda dispõe de importantes remanescentes de ecossistemas naturais em bom estado de conservação, constituídos por 25.500 ha de floresta, além de 7.500 ha de praias, restingas, manguezais e outras áreas úmidas, que correspondem a 26 % de seu território<sup>77</sup>.”

O fragmento acima é de Celso Junius, engenheiro florestal do projeto Mutirão de Reflorestamento, que expõe as condições dos ecossistemas cariocas sob a influência da expansão urbanística da cidade. Dizendo que o processo de urbanização acelera sem a responsabilidade de manter o meio ambiente equilibrado acabou acarretando mudanças brutais no solo da Mata Atlântica.

Esse conflito entre conservação ambiental e urbanização pode se transformar em situações extremas, especialmente nas metrópoles de países mais pobres e emergentes como o Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, que com a expansão da área urbanística e as áreas verdes se tornaram mais escassas, tornando-se uma extrema importância na qualidade de vida do cidadão. Quando essas áreas assumem mais importância para a saúde pública de seus moradores, o Estado passa a fazer parques e praças pela cidade, porém estes se localizarem em áreas valorizadas.

Em um passeio pela cidade vemos que nas favelas, as áreas de parques arborizados com planejamento são insignificantes em comparação às áreas valorizadas da cidade. Os poucos parques que existem nessas comunidades, em sua grande maioria, são locais de convivência comunitária que têm parquinho para as crianças, mesas de jogos para os idosos e campo de futebol.

Esses parques foram criados a partir do projeto Favela Bairro, como foi dito anteriormente, deu ênfase na transformação das comunidades cariocas em bairros e fez espaços de socialização como essas praças. Porém, elas não são vistas pelos moradores como espaços verdes, mas como espaço de lazer e de convivência comunitária.

---

<sup>77</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 2.

Assim sendo, os espaços planejados e arborizados da cidade podem ter relação com o poder aquisitivo de seus moradores, já que estão mais concentrados no Centro, Zona Sul, Tijuca e Barra da Tijuca. Estes são exatamente regiões onde seus moradores têm poder aquisitivo maior do que em outras regiões da cidade.

Essas áreas arborizadas são fundamentais para a conservação da biodiversidade. Ao mesmo tempo, um dos maiores desafios do mundo contemporâneo é criar formas de convivência harmônica entre espaço natural e o construído. Nas encostas do Rio de Janeiro, durante o período de chuvas não existe convivência harmônica, ocasionando consequências dramáticas dessa desarmonia, que por muitas vezes chegam a fazer vítimas fatais.

Segundo Ana Brandão, professora assistente da UFRJ, apresenta uma compilação dos episódios pluviais causadores de enchentes e deslizamentos na década de 80 e seus impactos socioeconômicos sobre a área metropolitana do Rio de Janeiro. “No período da década de 80 foram registrados 54 incidentes, que geraram paralisação de serviços e atividades econômicas, prejuízos materiais incalculáveis e diversas vítimas fatais, principalmente entre a população de baixa renda<sup>78</sup>”.

Por ocupar áreas especialmente frágeis do ponto de vista ambiental, como as encostas, margens de rios e áreas úmidas, a população de baixa renda tem sido a maior vítima destes catastróficos incidentes.

A partir desses eventos calamitosos na década de 80 a administração municipal passou a se preocupar mais e intensificou suas ações no sentido de deter o crescimento desordenado da cidade. O objetivo era recompor a cobertura florestal dessas áreas, de modo a resgatar seu papel não apenas na proteção da cidade contra as chuvas, mas também na conservação da biodiversidade, na melhoria do clima, da qualidade do ar e da paisagem da cidade.

---

<sup>78</sup> BRANDÃO, A.M.P.M. As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano. In: ABREU, M. de A. org. NATUREZA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO. Ed. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992. p.143-200.

David Arnold<sup>79</sup>, diz que as crises reorganizam o sistema e as crises ecológicas fazem com que os sistemas se reorganizem dentro da história, isso porque não se pode estudar somente o evento sem se preocupar com a história da região ou do povo que ali habita.

Dito isso percebemos que a grande chuva que aconteceu na década de 80 foi um divisor de águas dentro da política ambiental do Rio de Janeiro e também na política pública como um todo, pois a partir dessa década o Estado começou a fazer soluções efetivas junto às Associações de Moradores das comunidades para minimizar e tornar as favelas menos vulneráveis às chuvas.

Para entendermos tal mudança do ponto de vista social devemos entender o sociólogo Zygmunt Bauman<sup>80</sup> que vai salientar, em torno das relações sociais, dizendo que tais relações devem ser líquidas porque a todo o tempo elas se modificam. A partir disso, vemos que o Poder Municipal se moldou a uma forma de entrada não coercitiva como fazia antes da abertura política, porém depois de tal evento precisou entrar de maneira cooperativa em uma área onde seu poder era limitado para conseguir levar segurança contra os desastres ambientais que a população dos morros estavam sujeitas a esses incidentes.

A fim de reverter este quadro, foi criado no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) do Rio de Janeiro o projeto Favela Bairro, cujo objetivo básico seria a urbanização de comunidades de baixa renda com o uso da mão de obra local. Através dele, foram implantadas redes de esgoto, pavimentação, drenagem e vias de acesso em várias favelas da cidade.

A rápida proliferação de favelas nas encostas, o desmatamento e conseqüentemente o aumento do risco de deslizamentos e enchentes, fizeram com que, a partir de novembro de 1986, o Mutirão de Reflorestamento fosse criado. Ele passou então a integrar ao conjunto de intervenções para prevenir dos desastres causados pelas chuvas às populações carentes.

---

<sup>79</sup>ARNOLD, David, *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell, 1996.

<sup>80</sup>BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo, Zahar, 2007.

O projeto do Mutirão de Reflorestamento foi uma política da Prefeitura do Rio de Janeiro em conjunto com a Associação de Moradores local com o objetivo de buscar soluções sustentáveis nos pontos de vista social, econômico e ambiental para a comunidade, não deixando manter o foco no seu objetivo geral que era a recuperação do ecossistema da Mata Atlântica.

O programa foi implantado nas favelas cariocas com o objetivo de reflorestar os morros, diminuir o risco de acidentes ambientais com possíveis vítimas fatais. Foi o modo encontrado pela Prefeitura de impedir e controlar a expansão das comunidades<sup>81</sup>.

Um das preocupações do projeto com é a biodiversidade do Rio de Janeiro e seu patrimônio biológico. Para isso, o mutirão adota uma política de conservação ambiental visando sua proteção contra os impactos inerentes sobre a população.

O projeto tem várias fases que serão abordadas no próximo capítulo. Uma das fases do projeto é o requerimento que precisa ser feito pela Associação de Moradores da comunidade que quer a implantação do projeto. Esse documento de requerimento é analisado e depois os técnicos visitam a comunidade. Se ela estiver dentro das normas técnicas o reflorestamento se inicia.

No entanto, se a Associação de Moradores for fechada por algum motivo, o mutirão precisa sair da comunidade imediatamente; se a comunidade quiser a volta do projeto, os moradores precisam formar novamente uma Associação de Moradores, para requerer a continuidade do projeto. Nesse caso, faz-se uma nova avaliação.

O programa enfrenta, desde seu início, vários desafios. Um obstáculo muito grande do reflorestamento são os incêndios feitos por balões na época das festas de São João muito populares nas comunidades. Alguns moradores soltam os balões que acabam caindo nas áreas reflorestadas que nessa época do ano estão secas e isso ajuda os incêndios se alastrarem.

Além disso, uma tensão constante dentro da convivência entre técnicos e a comunidade resulta do tráfico de drogas que, muitas das vezes, impede a entrada dos

---

<sup>81</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 3.

técnicos e a avaliação do local. O tráfico algumas vezes se apodera das regiões reflorestadas.

Segundo Cláudia França<sup>82</sup>, atual coordenadora do projeto, por muitas vezes aconteceram ameaças de morte aos técnicos. Nestes casos, estes são retirados do projeto e remanejados para outras favelas. Se o chefe do tráfico tiver articulação com outras comunidades este técnico passa a fazer trabalhos internos e burocráticos. Cláudia também assinala que:

“Quando um novo prefeito começa o seu mandato ele quer modificar a arte e os símbolos que ajudam a identificar alguns projetos da Prefeitura. No Mutirão eles já tentaram isso, mas o nosso símbolo é o que os moradores e o tráfico identificam e isso ajuda na nossa entrada na comunidade<sup>83</sup>.”

Através dessa fala podemos perceber que o mutirão e a comunidade vivem um constante embate tanto direto quanto indireto. O símbolo do mutirão não é só mais um símbolo da Prefeitura, mas é um símbolo da segurança que os técnicos têm para fazer o reflorestamento nas comunidades. De fato, eles usam uma blusa de uniforme quando sobem nas favelas, para serem facilmente identificados. O carro do projeto também é todo adesivado com o símbolo do mutirão para facilitar a liberação do veículo quando necessário.

---

<sup>82</sup> Cláudia França ex-coordenadora do projeto, porém, ela é técnica do programa desde o seu início e assumiu a coordenação em 2006.

<sup>83</sup> Esta é a fala de Cláudia França que é a atual coordenadora do projeto, porém ela é técnica do programa desde o seu início e assumiu a coordenação em 2006.





Figura 1: Símbolo do Mutirão de Reflorestamento<sup>84</sup>

Em fevereiro de 1987, o programa foi efetivamente iniciado através do plantio da primeira muda no projeto piloto de reflorestamento do Morro São José Operário, no bairro de Jacarepaguá. Essa primeira comunidade já apresentou o primeiro desafio:

“O desafio maior do mutirão nessa primeira fase foi ele ser não remunerado porque moradores só trabalhavam nos fins de semana, quando e como queriam e os índices de mudas plantadas eram baixíssimas então o mutirão passou de voluntário para remunerado<sup>85</sup>.”

Após ver esses baixos índices de mudas plantas os técnicos junto com os gerentes de projeto, decidiram que o mutirão passaria de voluntário para remunerado e esses empregados só poderiam ser moradores da comunidade onde estava trabalhando o mutirão. A partir de então, com uma maior estruturação técnica e administrativa, houve um progressivo aumento no número de comunidades atendidas.

---

<sup>84</sup> Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de Dezembro de 2015 às 15 horas e 17 minutos no site: <[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF)>

<sup>85</sup> Depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da SMAC. Desde o início do projeto Mutirão de Reflorestamento ele fez parte da equipe do projeto.

Contudo a professora Ana Clara Ribeiro<sup>86</sup> vai trazer para a discussão que toda questão de intenção está por trás de uma ação. Então podemos dizer que a passagem do reflorestamento voluntário para remunerado foi uma ação com intenção de aumentar as áreas abrangidas pelo projeto e assim conseguir maior visibilidade ao programa e consequentemente mais verbas da Prefeitura para se investir nele.

Depois dessa mudança, o Mutirão de Reflorestamento passou a ter duas atitudes básicas. A primeira é a restauração de ecossistemas, objetivo desde o início do projeto, e a segunda é a ampliação de trabalho em áreas faveladas. Esses objetivos foram requisitados pelas comunidades quando requisitaram o programa na Prefeitura.

Com a convenção Rio-92, e com o Rio de Janeiro se tornando o palco da conferência mundial de meio ambiente, a cidade também se tornou cenário. A cidade lutava para conseguir ter uma convivência harmônica entre a área urbana e o espaço natural e a Rio- 92 deu um grande impulso ao reflorestamento, já que cidade queria se tornar símbolo de ambiente urbano que mantinha sua fauna e flora, mas que ainda tinha um crescimento sustentável.

Desse modo vemos que a Rio-92 deu um horizonte de expansão ao projeto. A partir dessa colocação lembramo-nos de Koselleck<sup>87</sup> quando ele fala que para fazer uma mudança precisa haver um horizonte de expectativa, pois tal horizonte que dará a segurança necessária para executar essa mudança.

Em 1994, o Projeto Mutirão Reflorestamento foi transferido para a Coordenadoria de Recuperação Ambiental da recém-criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), onde houve um aumento expressivo na produção e no número de frentes de trabalho. Nesse período, iniciou-se a recuperação de áreas de manguezais através do mesmo sistema. Como assinala Celso Junius:

“Em 1996, as áreas consideradas “artificializadas” ou profundamente modificadas pela ação humana somavam cerca de 74% da

---

<sup>86</sup>RIBEIRO, Ana Clara T. Teorias da ação. Letracapital, 2014. SESSÃO II - OS DEMÔNIOS E OS DEUSES DA MODERNIDADE: AÇÃO RACIONAL E RACIONALIZAÇÃO.

<sup>87</sup>Koselleck, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos, *Contratempo*. Rio de Janeiro (1979[2015]). Capítulo 13 e 14.

superfície total. A área urbana apresenta a maior porção, equivalendo a aproximadamente 50%<sup>88</sup>.”

Deste modo, vemos que em 1996 a área urbana já era metade do território da cidade do Rio de Janeiro, quanto à influência humana se fazia em  $\frac{3}{4}$  do mesmo território. Então podemos concluir que a área de Mata Atlântica carioca intacta era só 26%, e isso apenas depois de 10 anos do começo do projeto de Mutirão de Reflorestamento.

Porém, dentro do percentual de áreas artificiais não urbanizadas, se tem uma cobertura vegetal de grama que é a principal marca da destruição ambiental de uma mata. Essa cobertura vegetal ocupa cerca de 25.600 ha ou 20% do total da área da cidade do Rio de Janeiro. Grande parte dessas áreas está em encostas sendo, portanto, responsáveis pelos elevados riscos de deslizamentos de blocos e de terra. Por se encontrarem em zonas com grandes restrições naturais e legais à ocupação regular, estão submetidas a um intenso processo de favelização<sup>89</sup>.

Em 1997, o Tratado de Kyoto foi assinado, com o intuito das cidades que disponibilizavam de áreas potencialmente “reflorestáveis” fizessem reflorestamento. Em 1998, o Rio de Janeiro, conjuntamente com outras cidades, assinou um protocolo de intenções, comprometendo-se a reduzir suas emissões em 20% até 2005. Paralelamente, o Brasil tem investido em estudos que visam avaliar o potencial do reflorestamento no sequestro de CO<sub>2</sub>.

Após a assinatura do tratado, o Rio de Janeiro assinou intensificou mais a realização de plantios florestais, a fim de compensar suas emissões ou mesmo custear parte dos seus investimentos, através do mercado internacional de créditos para absorção de carbono<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 2.

<sup>89</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 2.

<sup>90</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 6.

Ao final do ano de 1999, já haviam sido reflorestados em encostas aproximadamente 1.000 hectares, totalizando cerca de 2 milhões de mudas plantadas, atendendo a 64 comunidades. Foram ainda recuperados cerca de 20 hectares de manguezais através da proteção, limpeza e do plantio de 60.000 mudas e propágulos em mais 3 comunidades. A população estimada nas 67 comunidades beneficiadas é de cerca de 150.000 pessoas<sup>91</sup>.

No mesmo ano, começou a recuperação dos manguezais. O primeiro foi a recuperação do manguezal que fica no entorno da comunidade do Parque Royal na Ilha do Governador. Depois desse manguezal, também foram realizados o mutirão no Estuário do Rio Jequiá, na Orla Norte da Ilha do Governador e às margens no Rio Piraguê em Pedra de Guaratiba, Zona Oeste. A recuperação dos manguezais foi o primeiro reflorestamento que o mutirão fez na Zona Oeste porque essa parte da cidade foi deixada de lado nas primeiras fases do projeto, já que elas focavam em reflorestamento de encostas. A recuperação ambiental dos manguezais ajudou não só ajudou os mangues a se recuperarem e voltar a terem peixes e melhorar a paisagem, mas também aumentou o estoque pesqueiro da região e ajudou algumas famílias voltarem a praticar atividade de pesca.

Por outro lado, o projeto do Mutirão de Reflorestamento, nas áreas de encostas vai focar mais em favelas que estão localizadas na Zona Sul e na grande Tijuca. O objetivo que aqui estudamos tem como foco o crescimento do turismo na cidade do Rio de Janeiro. De fato, Junius afirma que:

“Até o ano de 1994 o turismo convencional representava a atividade de mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial, movimentando cerca de US\$ 3,5 trilhões por ano e tendo apresentado uma expansão de 57 % na última década. Estima-se que em 1994 o turismo tenha gerado, a nível global, cerca de 204 milhões de empregos, o que significa que um em cada nove trabalhadores no mundo está ligado ao setor<sup>92</sup>.”

---

<sup>91</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 9.

<sup>92</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 6.

O Primeiro Relatório de Diversidade Biológica<sup>93</sup> afirma que 10% das atividades do setor turístico sejam representadas pelo segmento a que se convencionou denominar “ecoturismo”, sendo no ano 2000 era o que mais crescia a um ritmo calculado em 20% ao ano.

Esses dados, associados ao patrimônio natural que permite a exploração do turismo ecológico, com a infraestrutura de cidade urbanizada em conjunto com atividades culturais fizeram com que o Rio de Janeiro se tornasse uma cidade com um turismo ainda mais forte e diversificado.

Após a implantação do Mutirão de Reflorestamento e do reflorestamento de comunidades como o morro Dois Irmãos e Vidigal, a Zona Sul, área turística da cidade, podemos verificar que ela passou a ter mais um atrativo turístico que são as trilhas ecológicas dentro das comunidades. Deste modo o Rio de Janeiro teve sua imagem ainda mais associada à natureza, criando um cenário de cidade com áreas ambientais conservadas.

Porém a natureza exposta aos turistas e ao mundo tido como natureza natural é uma natureza forjada e construída pelo homem, e o Programa Mutirão ajudou nessa construção, já que ele é executado pela Prefeitura e ela quer promover cada vez mais a cidade buscando investimentos para ela. Logo a conservação deste patrimônio natural é promovida, já que o ecoturismo é uma justificativa econômica relevante.

Além do ecoturismo, o reflorestamento ajudaria toda a cidade, pois ele promove uma maior captação de gás carbônico (CO<sub>2</sub>), ajudando assim a melhorar a qualidade do ar e de vida dos cidadãos do Rio de Janeiro.

A política de reflorestamento na cidade do Rio de Janeiro não foi estimulada somente pelos desastres ambientais promovidos pelas chuvas e pelo ecoturismo, mas também por tratados ambientais internacionais.

O aumento da concentração dos gases do efeito estufa na atmosfera tem sido responsável por mudanças climáticas em escala global. Esforços em todo o mundo vêm sendo realizados no sentido do controle das emissões desses gases e do aumento do

---

<sup>93</sup> BRASIL. Primeiro relatório nacional para a conservação da diversidade biológica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998, p. 283.

sequestro do CO<sub>2</sub>. O manejo da cobertura florestal com a finalidade de aumentar o estoque de carbono contido na biomassa vegetal pode auxiliar no controle da concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Dentro da perspectiva, como fica claro no artigo de Junius<sup>94</sup> em 2000, era que o mercado internacional de créditos para absorção de carbono fosse efetivamente implantado, poderá representar um estímulo a programas de reflorestamento. A conservação e a restauração da cobertura florestal no Rio de Janeiro poderiam desempenhar um importante papel no balanço de carbono do município.

No ano de 2005 o projeto vai criar o Programa de Delimitação em Áreas de Interesses Ambiental com o objetivo de cercar áreas de domínio público à preservação ambiental ou à implantação de programas de recuperação ambiental para fins de reflorestamento, manutenção, recuperação ou revitalização das condições ambientais.

Outro objetivo é impedir ou restringir a ocupação urbana em áreas de encosta, impróprias à urbanização, bem como em áreas de notável valor ambiental, contemplando os critérios de riscos de instabilidade, recuperação e proteção ecológica.

O cercamento é implantado em áreas com relevância ambiental se tivesse alguma moradia nessas áreas e se ela fosse irregular seus moradores eram retirados através de mandatos. Este método era feito com madeira e arame para os moradores e isso protegia a área de recuperação ambiental.

Este programa foi abolido depois de um ano pelo projeto porque os moradores invadiam as áreas de recuperação ambiental e como este programa previa retirar os moradores das áreas de recuperação eles não deixavam os técnicos entrarem na comunidade e esse projeto acabou fragilizando o contato entre comunidade e técnicos.

Então o projeto acabou voltando aos seus parâmetros anteriores que é a interação constante com a comunidade sem retirar as pessoas de seus lares o que faz as tensões entre os técnicos e os moradores das comunidades aumentarem.

---

<sup>94</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.p. 6.

Todavia percebemos que o Mutirão de Reflorestamento transpõe desafios em seu cotidiano. Estes desafios estão ligados ao tráfico de drogas, porque os traficantes veem o projeto mutirão como a figura do Estado dentro da comunidade. Com a constante problemática de tensões entre o tráfico de drogas e o projeto essa tensão como já exposto nesse capítulo. Outro desafio são os incêndios causados pelas festas juninas que destroem as áreas reflorestadas.

Mas por outro lado o projeto leva segurança aos moradores das favelas e cada dia mais integra o Estado e a comunidade numa ação constante de prevenção contra as chuvas que, por muitas vezes, chegam a matar moradores de todo o Rio de Janeiro, porém os maiores índices de fatalidades são sobre a população de baixa renda que moram em comunidades.

Logo vemos, no decorrer deste capítulo, uma evolução sobre as políticas públicas a respeito das favelas. Porque antes da abertura política os moradores e suas comunidades eram repelidos pelo poder público e afastados das áreas valorizadas da cidade sob a perspectiva do estigma marginal que as próprias classes médias e altas juntos ao Estado aprovaram para repelir essas pessoas que não se encaixavam no padrão social que se estabeleceu ao longo da orla marítima da cidade.

Entretanto com a abertura política percebemos que o tom das políticas urbanísticas em relação às favelas vai mudar e essa mudança não será somente por causa da Constituição de 1998, mas também pelo governador Brizola que vai fazer programas de melhoramentos estruturais nas comunidades.

E será por essa vertente brizolista democrática que o projeto Mutirão de Reflorestamento vai manter relações com as Associações de Moradores das favelas onde o programa é executado e será com essa relação que o Estado vai conseguir começar a se estabelecer em um território onde ele não tinha mais domínio.

Contudo o mutirão vai enfrentar alguns problemas que vêm desde a época de Brizola que é o tráfico de drogas que não facilitou a convivência harmônica entre Estado e comunidade (Associação de Moradores), porém o projeto vai transpor mais esse desafio usando formas de identificação como a blusa e com os carros adesivados com o símbolo do programa.

Portanto vendo essa evolução nas políticas públicas vemos também que o Estado começa a desenvolver programas governamentais que necessitam da participação social e isso vai levar às comunidades a cidadania que lhe que foi tirada em vários momentos de execução das reformas urbanísticas. Todavia a máquina estatal continuou com a sua autoridade, mas, sobretudo nesse programa vemos que a carga autoritária diminuiu e o que cresceu e prevaleceu foi a comunicação e forma democrática.



## Capítulo 2: A evolução do trabalho dos mutirantes e a interação da comunidade com o meio ambiente

“É na área de reflorestamento, que a gente atua junto à comunidade, a mão-de-obra é da comunidade, em regime de mutirão, fazendo o replantio, a recuperação dessas encostas, a gente trabalha na comunidade com uma agente de educação ambiental informando a população sobre os benefícios do reflorestamento, dos riscos<sup>95</sup>”.

Nesta observação, a diretora do Centro de Educação Ambiental (CEA), explicita todas as camadas de atuação em que o mutirão se faz presente dentro das comunidades onde tem o projeto. A epígrafe acima nos ajuda a refletir sobre o início do Mutirão de Reflorestamento descrito no capítulo anterior, que nasce a partir de uma parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e as comunidades selecionadas. Tal cooperação gera especificidades próprias nas relações de trabalho.

Segundo Junius<sup>96</sup>, engenheiro florestal, existia um consenso entre Estado e Associação de Moradores, onde o programa é executado de que, sem a participação ativa e efetiva da comunidade, os reflorestamentos teriam pouca chance de obter a aceitação da população local, ficando sujeitos a um elevado risco de depredação. Essas comunidades não se veriam como parte desse processo, e sim como espectadores e agente passivos do programa.

O engenheiro florestal Fernandes<sup>97</sup> quando avalia programas urbanos ambientais em megacidades argumenta, complementando o comentário de Junius, que a participação direta da comunidade nos plantios levaria a um fortalecimento do poder local que, através do mutirão, passa a ser corresponsável pelos resultados alcançados nas comunidades reflorestadas. Essa corresponsabilidade, segundo Salgado<sup>98</sup>, resgataria a dignidade, o orgulho e a própria identidade da comunidade.

---

<sup>95</sup> Fonte: Fragmento da Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de dezembro de 2015 às 15horas e 17 minutos no site:  
<[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF)>

<sup>96</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>97</sup> FERNANDES, M. *The paid self-help reforestation project*. In: Mega-cities Project, ed. Environmental innovations for sustainable mega-cities : sharing approaches that work. New York : Mega-cities Project. 1996. p. 12-15.

<sup>98</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelon Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. *Experiências Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 1998. p. 129-138.

Então segundo esses autores, que essa corresponsabilidade entre Estado e comunidade faz com que esta política urbanística se torne mais democrática e mais sensível às necessidades da comunidade principalmente no âmbito ambiental.

Esta corresponsabilidade é muito importante, pois o histórico do Rio de Janeiro sobre políticas urbanísticas com relação às favelas sempre foi de imposição, como, por exemplo, as políticas de remoção das favelas localizadas na Zona Sul como explicitado no capítulo anterior. Já o Mutirão de Reflorestamento era um projeto pelo qual a Associação de Moradores deveria requer, como vimos no capítulo anterior. Essa forma de abordagem faz com que a comunidade se reconheça dentro do projeto. Assim, a comunidade se integra ao projeto se sente responsável pelas áreas reflorestadas e evitaria invadi-las, construindo casas após o reflorestamento.

Esta corresponsabilidade, está de acordo com o princípio colocado na Agenda 21, que foi o resultado da Rio-92 que reuniu vários países nas cidades do Rio de Janeiro para debaterem sobre o reflorestamento em cidades para elas conseguirem ter um desenvolvimento sustentável e diminuir a emissão de CO<sup>2</sup>, privilegia a participação comunitária junto ao Estado em busca do desenvolvimento sustentável<sup>99</sup> que visa o crescimento econômico e populacional da cidade sem prejudicar ou minimizando o prejuízo ambiental. Resultando na comunidade sendo um agente ativo no processo de reflorestamento. De fato, outro objetivo da Agenda 21 é:

“desenvolver e manter um sistema eficaz de extensão florestal e educação do público para obter mais consciência e valorização e melhor manejo das florestas no que diz respeito aos múltiplos papéis e valores de árvores, florestas e áreas florestais<sup>100</sup>”.

Os tratados ambientais internacionais como a Agenda 21 e a Rio-92 serviram de inspiração e estímulo para o projeto se desenvolver cada vez mais e atingir mais áreas. Ele desenvolveu essa parceria nas comunidades onde atua na parte do reflorestamento de áreas de risco para a população local. Atua na parte da educação ambiental para conscientizar os moradores das favelas sobre a importância de o reflorestamento para os moradores não

---

<sup>99</sup> Fonte: MMA. Consulta nacional Agenda 21: desenvolvimento sustentável, 100 experiências brasileiras. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>100</sup> Fragmento tirado da Agenda 21 CAPÍTULO 11: COMBATE AO DESFLORESTAMENTO (p. 2).

terem tantos problemas com deslizamentos de terras ou de blocos rochosos e para os mesmos não invadirem essas áreas para que eles não se tornem de risco novamente.

Em virtude disso, esse projeto requer a participação da comunidade no reflorestamento das encostas para desse jeito a comunidade não se sente invadida por essa política pública. Em virtude do histórico das políticas urbanas em relação às favelas cariocas que tem uma história de imposição dessas políticas.

Inicialmente o mutirão, em 1986, era realizado através do trabalho voluntário que os próprios moradores de suas respectivas comunidades executavam apenas nos fins de semana a plantação de mudas nas encostas da comunidade, em áreas consideradas com risco de deslizamento e em ambientes públicos de lazer como praça.

Por este trabalho ser executado de forma voluntária, segundo o depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da SMAC (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), exposto no capítulo anterior, e essas pessoas não recebem o treinamento adequado para tal execução de tarefa o resultado final era um baixo rendimento e baixa qualidade das plantações.

Através dessa constatação, Silvia Salgado<sup>101</sup> fez sobre os baixos resultados do mutirão voluntário em novembro do mesmo ano, o projeto passa a ser remunerado utilizando a mão de obra das próprias comunidades beneficiadas pelo projeto. Isso deu vantagens na agilidade da contratação de pessoal que era feita por contrato. Além disso, com a proximidade do local de trabalho e a moradia desses mutirantes<sup>102</sup> ajudam a reduzir os custos com esses contratados criando uma ampliação de oferta de trabalho nessas áreas faveladas.

A produção de muda, para esse projeto, é feita em quatro viveiros florestais, sob a supervisão e controle da Prefeitura, que se localizam em Campo Grande com produção de 20.000 mudas, Vila Isabel com 15.000 mudas, Grumari 7.000 mudas e Fazenda Modelo

---

<sup>101</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Neloson Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. Experiências Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 1998.

<sup>102</sup> Mutirante: termo usado pelo Silvia para dar nome aos trabalhadores do Mutirão de Reflorestamento.

com 35.000 mudas totalizando uma produção mensal de 77.000 mudas por mês<sup>103</sup>. E as sementes utilizadas nesses viveiros são coletadas em mais de 450 árvores matrizes que são selecionadas. Veremos com mais detalhes a escolha das mudas e a plantação no terceiro capítulo.



Figura 2: Vista parcial viveiro da Fazenda Modelo<sup>104</sup>

Na Fazenda Modelo a equipe de produção tinha 20 trabalhadores recrutados nas comunidades vizinhas desse viveiro, que gerava treinamento, oferta de trabalho na região e futuramente trabalho especializado. Desde o início do projeto Mutirão, nesse local trabalham também internos da instituição em processo de ressocialização, visto que a Fazenda Modelo é responsável pela assistência social à população de rua e essa atividade funciona como terapia ocupacional para esses internos. Além desses internos e trabalhadores da região também trabalham no projeto cerca de 28 adolescentes<sup>105</sup> que participam do Programa de Treinamento em Produção de Mudas.

Para os trabalhadores retirarem as mudas dos viveiros eles precisam segundo a Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA)<sup>106</sup> seguir as

<sup>103</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas. <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

<sup>104</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas. <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

<sup>105</sup> Dado retirado do texto JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

<sup>106</sup> FONTE: Portaria que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

diretrizes de fornecimento de mudas, a Resolução Conjunta SMAC/SMU nº 14 de 2009. Neste documento, o mutirante terá que comprar no mercado a muda de acordo com as especificações técnicas conforme previsto na Resolução SMAC nº 463 de 06 de novembro de 2009.

A Resolução Conjunta SMAC/SMU nº 14 de 2009, diz que as mudas oferecidas devem constar no anexo único o qual irá dividir essas mudas em dois grupos (A e B), sendo que o grupo A um grupo específico enquanto o grupo B é geral por isso não aparece na tabela 1 que compara o nº de mudas fornecidas, com o nº mínimo de espécies e com o nº mínimo de espécies do grupo A (específico)<sup>107</sup>. Seguindo essas características de desenvolvimento como, por exemplo, altura de início de ramificação<sup>108</sup>, diâmetro compatível com a altura sendo descartadas plantas com sinais de imaturidade<sup>109</sup> e com sinais de pragas ou doenças ou sinais recentes de ataques de insetos ou fungos. Essas características do descarte são estabelecidas para essas mudas novas não infectarem as mudas já existentes nos viveiros ou no reflorestamento.

---

<sup>107</sup> FONTE: Portaria que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

<sup>108</sup> Ramificação: as plantas crescem e se ramificam, mesmo durante o florescimento, formação das vagens e o enchimento dos grãos.

<sup>109</sup> Sinais de imaturidade: impermeabilidade do tegumento (superfície ou casca da semente), a água e, ou os gases, como também, pela imaturidade do embrião ocorrendo à interferência no curto período de dormência até a germinação das sementes da própria planta.

**Tabela 1: relação de nº de mudas fornecidas/ nº mínimo de espécies/ nº mínimo de espécies do grupo A.**

Número de mudas fornecidas	Número mínimo de espécies	Número mínimo de espécie do grupo A
2- 20	2	-
21-50	5	1
51-500	10	2
501-2000	20	5
Acima de 2000	30	7

Portaria SMAC/CGAV/CRA Nº 001/2014. RFM – RECIBO DE FORNECIMENTO DE MUDAS.<sup>110</sup>

Segundo a Tabela 1 é usada para garantir uma diversidade mínima de espécies nas áreas de reflorestamento. A definição também evita que os mutirantes comprem sempre as mudas mais baratas do mercado para repor as mudas retiradas dos viveiros, o que faria com que posteriormente esta falta de diversidade das mudas afete as áreas reflorestadas.

Contudo, para finalizar a retirada das mudas dos viveiros, o mutirante deve também entrar em contato com o viveiro da Fazenda Modelo, porque esta é a matriz, e agendar uma data para o retiro das mudas. Tal agendamento pode ser feito através do telefone da instituição ou ir até o viveiro que fica no bairro de Guaratiba para esse agendamento munido dos documentos abaixo<sup>111</sup> que estão expostos no documento Portaria que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA):

- Recibo de fornecimento de mudas (RFM), em duas vias impressas a partir do site da SMAC com a tabela de quantitativos devidamente preenchidas.
- Cópia da licença de obras da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).
- Procuração do titular de obras, caso o fornecimento seja realizado por terceiro.

<sup>110</sup> Portaria que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

<sup>111</sup> Portaria que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

Na ocasião do recebimento das mudas, o mutirante receberá a primeira via do recibo de fornecimento de mudas (RFM) assinada pelo representante do viveiro florestal e a documentação listada é encaminhada para a Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) e para a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA) para os registros necessários e para o documento final de atestação.

A Prefeitura fornece todos os insumos agrícolas necessários para a produção das mudas, as ferramentas, equipamentos de proteção individual como, por exemplo, botas, luvas e camisetas do mutirão. Também dá adubos, defensivos agrícolas e mudas.

Os técnicos da Prefeitura são responsáveis pela orientação técnica e coordenação das equipes de campo. Existiam 516 trabalhadores nas frentes de implantação do projeto, 338 trabalhadores nas frentes de manutenção tendo um total de 854 trabalhadores no ano de 2000<sup>112</sup> e esse número se apresentou estável até 2009.

O trabalhador desse projeto não cria vínculos empregatícios com a Prefeitura do Rio de Janeiro por causa do caráter temporário do trabalho proposto pelo Mutirão. Além disso, o conceito de “mutirão”, segundo Celso Junius<sup>113</sup>, o reflorestamento da comunidade é realizado em benefício do próprio morador e por isso não necessita da carteira assinada para esse mutirante, já que este tem o benefício do projeto que está em sua comunidade.

Pode-se analisar que dentro dessa ótica do conceito de “mutirão”, Junius defende que o morador não tem direito a nenhum direito trabalhista mesmo trabalhando para um órgão público como a Prefeitura, já que ele está se beneficiando indiretamente com o reflorestamento. E dentro desse conceito, o Projeto Mutirão de Reflorestamento vai beneficiar só a prefeitura porque no final os mutirantes não terão acesso a benefícios porque não têm a carteira assinada e trabalham por contrato.

---

<sup>112</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 07 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

<sup>113</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 11.

Fany Davidovich<sup>114</sup>, cientista social em urbanismo do Rio de Janeiro, faz uma crítica, com a qual concordamos, a esse caráter não empregatício que existe entre prefeitura e mutirante dentro do projeto. Segundo ela essa jornada de trabalho é penosa e quase sempre associada a atividades informais como a de *biscate*<sup>115</sup> resultando em um grande desgaste físico feito pelo mutirante, sem que este usufrua de benefícios empregatícios como FGTS e 13º salário.

Além disso, segundo a autora, uma pessoa ter carteira assinada dentro da comunidade significa um status diferenciado, pois a maioria dos moradores de comunidade vive através de *bicos*<sup>116</sup> ou do *trabalho informal*<sup>117</sup>. Isso é o resultado da falta de um grau de instrução pedido e muita das vezes é exigido pelo mercado de trabalho nos grandes centros onde se localizam a maioria dessas comunidades. Uma consequência de o mutirão não ter vínculo empregatício é que leva o mutirante a seu trabalho como mais um bico dentro da favela, mesmo ele trabalhando para uma instituição pública.

O público alvo para o recrutamento nesse projeto é uma mão de obra em uma faixa etária da população economicamente ativa que está desempregada, principalmente do setor da construção civil. Também há trabalhadores aposentados, que querem complementar a sua renda, e alguns jovens de família de baixa renda que veem no curso de Programa de Treinamento em Produção de Mudas uma oportunidade de especialização e inserção no mercado de trabalho ou complementação de renda.

---

<sup>114</sup> DAVIDOVICH, Fany, *Programa favela: bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso do RJ* In Apresentação no Congresso: VII Encontro Nacional da ANPUR na área temática Urbanização e Regionalização.

<sup>115</sup> Biscate é a pessoa que trabalha em bicos.

<sup>116</sup> Bicos é uma atividade temporária que a pessoa que trabalha não tem benefício trabalhista nenhum e também não se estabelece nenhum contrato escrito para essa atividade, porque a pessoa trabalha e recebe por seu trabalho logo em seguida a conclusão do trabalho.

<sup>117</sup> O trabalho informal é um trabalho sem vínculos registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente sem benefícios como remuneração fixa e férias pagas.





Figura 3: Mutirantes do Morro da Formiga<sup>118</sup>

Observando o predomínio desses dois grupos expostos acima e na foto concordo quando Davidovich compara o trabalho de biscate com o trabalho temporário, porque este tipo de bico irá ajudar a complementar uma renda familiar de muitas famílias.

A partir de 1995 o mutirão adotou um sistema de pagamento baseado na produtividade do trabalhador com o objetivo final de aumentar tanto o desempenho das equipes de campo como as áreas reflorestadas nos morros cariocas.

Com esse novo sistema criou-se o salário básico, que tem como principal pilar o salário médio dos operários da construção civil, base um total de 194 horas trabalhadas por mês. Nesse novo sistema, o salário básico é multiplicado pelo Fator Produtividade (FP), como a fórmula abaixo representa, então quanto maior a produção do mutirante maior será o seu salário, porém quando este fator foi implementado não foi pensando que a área de plantação é limitada e por isso o fator produtivo também será limitado, pois este é baseado no em Hectare. Então valor da remuneração (VR) dada ao mutirante depende da função que ele exerça dentro do mutirão.

Quadro 1: cálculo da remuneração (VR):

<sup>118</sup> Fonte: imagem retirada do site do Governo do Rio de Janeiro no dia 07 de Dezembro de 2015 às 8 horas em: <<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/programa-de-reflorestamento-equilibra-paisagem-do-morro-da-formiga/Formiga>>

$$VR = SB \cdot FP^{119}$$

Já o Fator Produtividade (FP), apresentado na fórmula acima é calculado em função do somatório dos rendimentos tidos pela equipe e o rendimento mínimo esperado para cada operação realizada em campo. E o somatório dos Resultados Obtidos ( $\Sigma RO$ ) é dividido pelo somatório dos Resultados Médios Esperados ( $\Sigma RME$ ) derivando o Fator de Produtividade (FP).

Quadro 2: cálculo do Fator Produtividade (FP):

$$FP = \Sigma RO / \Sigma RME^{120}$$

O resultado máximo do Fator de Produtividade (FP) é no máximo 2, porém o resultado de uma equipe pode ser um valor inferior a 1 e essa equipe será considerada pouco produtiva e com isso o valor da remuneração pode ser menor do que o salário básico.

Portanto o salário básico pode ser reduzido. Isso significa que não existe valor mínimo, o trabalhador tenha que manter um fator de produtividade na média para ganhar, pelo menos, o salário básico. Esse cálculo da produção das equipes de campo é medido mensalmente pelos engenheiros responsáveis em relação às áreas reflorestadas.

A Tabela 2 mede os Rendimentos Mínimos esperados em relação Homem/Hora e em relação Homem/Hora por Hectare<sup>121</sup> para cada operação na fase de implantação nos mostra a média do valor da remuneração recebida por cada mutirante dependendo da função a qual exerce dentro do projeto.

---

<sup>119</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 18.

<sup>120</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p.18.

<sup>121</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p.19.

Assim, quanto maior o cargo e a proximidade com os técnicos da prefeitura, mais altos será o cargo e, conseqüentemente o salário desse trabalhador. O Salário Médio (SM) é de 136 reais por mês dos operários do mutirão.

**Tabela 2: Função de cada cargo e seus salários<sup>122</sup>**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>SALÁRIO BÁSICO MENSAL - em sal. mín. (SM)</b>	<b>SALÁRIO BÁSICO MENSAL (194 horas) R\$</b>	<b>VALOR/h trabalhada R\$</b>
<b>Encarregado</b>	<b>3,4</b>	<b>462,40</b>	<b>2,38</b>
<b>Oficial</b>	<b>2,2</b>	<b>299,20</b>	<b>1,54</b>
<b>½ Oficial</b>	<b>1,55</b>	<b>210,80</b>	<b>1,09</b>
<b>Servente</b>	<b>1,5</b>	<b>204,00</b>	<b>1,05</b>
<b>Vigia</b>	<b>1,5</b>	<b>204,00</b>	<b>1,05</b>

Na Tabela 2 podemos analisar que o trabalhador “Encarregado”, ele é o intermediário entre os técnicos da prefeitura e a comunidade, ganha 163,20 reais a mais que o cargo de “Oficial”, ele é o mutirante que fiscaliza diretamente as áreas reflorestadas, e isso convertido para Salário Médio (SM) essa média vai para um SM e ¼ de SM e essa diferença salarial é muito grande, já que o mutirão é uma atividade comunitária de remuneração com parceria entre Estado e comunidade.

Só existe essa disparidade grande entre o cargo de encarregado e o de oficial porque o encarregado é eleito pela Associação de Moradores. Ele é a ponte entre os técnicos da Prefeitura e a comunidade. Os técnicos são uma representação do poder público dentro dessas comunidades. Portanto, estes necessitam de um intermediário para que esta entrada

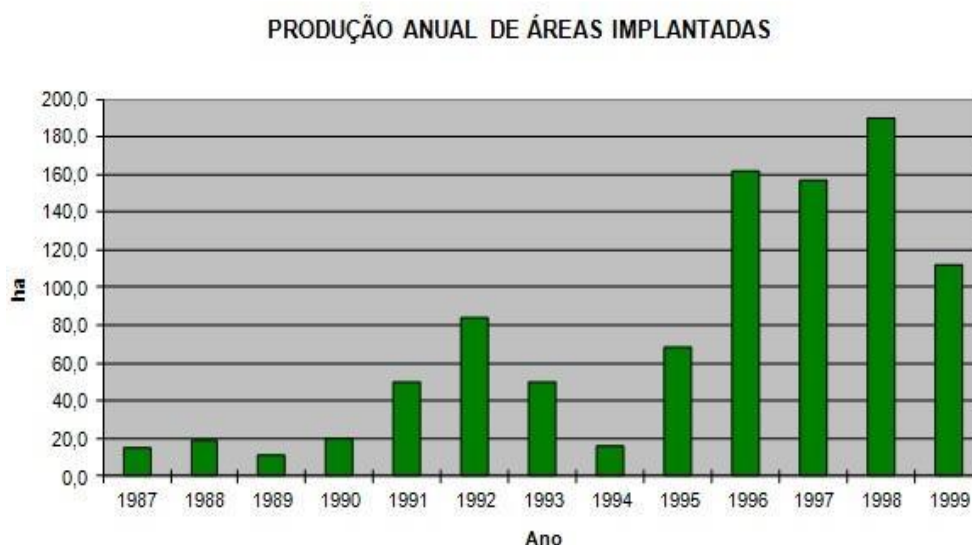
<sup>122</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p.20.

aconteça de modo seguro para os técnicos, principalmente por causa da criminalidade. Devido a esse fator os encarregados recebem mais que os outros trabalhadores.

Um risco muito grande para a equipe técnica e os trabalhadores no campo são os conflitos relacionados à criminalidade e ameaças que eles podem sofrer por causa do crime organizado. O tráfico de drogas pode ver o mutirão como uma atividade que tira os jovens que podem entrar para o tráfico e por isso em situações extremas existe risco de vida enfrentado pelos técnicos da Prefeitura e pelos mutirantes.

Em relação às áreas reflorestadas podemos ver no Gráfico 1, de Produção Anual de Áreas Implantadas<sup>123</sup> do mutirão, que o Fator Produtividade (FP) de implantado em 1995 faz com que nos anos seguintes, até o ano de 1998, as áreas de reflorestamento tivessem um crescimento por hectare muito maior que a média dessas áreas em relação nos anos anteriores, quando essa variável da produção não tinha sido ainda implantada.

**Gráfico 1: Produção anual de áreas implantadas, em hectares (ha), com dados de 1987 até o mês de outubro de 1999.**



No gráfico acima podemos analisar que, após a implantação do sistema de pagamento baseado na produtividade do trabalhador em 1995, as áreas reflorestadas dos anos seguintes até o ano de 1998 tem um crescimento muito acima da média em relação

<sup>123</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 21.

aos anos anteriores. Tal crescimento se dá em virtude desse sistema de pagamento que coloca o fator produtividade em primeiro plano em relação ao trabalhador fazendo com que o resultado seja segundo o gráfico de uma quantidade maior de área reflorestada.

O resultado máximo do Fator de Produtividade (FP) é no máximo 2, porém o resultado de uma equipe pode ser um valor inferior a 1 então essa equipe será considerada pouco produtiva e com isso o valor da remuneração pode ser menor do que o salário básico.

Uma forma de medir o fator de produção na prática é através do documento de Recebimento de Mudanças que é dado pela Prefeitura para os mutirantes que fazem a retirada das mudas da Fazenda Modelo, que é o viveiro matriz. Este documento, em conjunto com a extensão de área reflorestada, atesta o fator de produção (FP) do trabalhador.

Portanto o salário básico pode ser reduzido fazendo com que não exista um valor mínimo resultando que esse trabalhador tenha que manter um fator de produtividade ao menos na média para ganhar, pelo menos, o salário básico. Esse cálculo da produção das equipes de campo faz medida mensalmente pelos engenheiros responsáveis em relação às áreas reflorestadas.

Percebemos também que o ano de 1999 há uma queda no aumento das áreas reflorestadas. Isso se acontece porque as áreas desmatadas dentro das comunidades do Rio de Janeiro começam a se tornar menores. Assim o fator produtividade das equipes de campo caiu e o que aumenta é a manutenção dessas áreas reflorestadas.

Um objetivo inovador do projeto Mutirão de Reflorestamento no campo do trabalho era que os mutirantes remunerados, durante ou no final do processo do reflorestamento, estejam preparados para o mercado de trabalho. Assim essas frentes de trabalho que atuam no projeto poderiam, através da parceria entre elas, a Prefeitura e a comunidade evoluir para um trabalho cooperativo<sup>124</sup> após as comunidades serem reflorestadas.

Além disso, o projeto pretende também limitar a expansão das comunidades carentes sob a área de risco e proteção ambiental. Em resumo, o projeto visa impedir a

---

<sup>124</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelon Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. Experiências Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 1998.

invasão das áreas reflorestadas para a construção de casas e assim para a expansão da comunidade<sup>125</sup>.

Dentro dos objetivos ambientais gerais do Mutirão de Reflorestamento há também os específicos, que são: proteger os remanescentes da floresta natural, abrigar a fauna, proteger e regularizar os mananciais, fixação de carbono e o embelezamento da cidade, conhecida no mundo pela sua paisagem natural singular.

“Moradores e visitantes, brasileiros ou estrangeiros, estão sempre a admirar a beleza das montanhas que se erguem para céu azul, sob o qual a cidade amanhece brilhando ao sol e anoitece nas luzes cintilantes das ruas e dos edifícios<sup>126</sup>.”

Esse fragmento nos faz refletir sobre a beleza natural que chama tanto a atenção dos turistas e dos próprios moradores do Rio de Janeiro por sua paisagem. E essa beleza das montanhas ao encontro do mar é marcada por uma cidade onde se divide entre morro e asfalto.

---

<sup>125</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas em:  
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

<sup>126</sup> BARBOSA, Jorge Luiz. *Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa*. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 865, 25 de março de 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>>. [ISSN 1138-9796].



Figura 4: A Favela da Rocinha em primeiro plano, ao fundo a Lagoa Rodrigo de Freitas e o bairro do Leblon (Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro)<sup>127</sup>

A figura acima realça a visibilidade da cidade que mistura o asfalto, o morro e a paisagem, que são aspectos que tornam o Rio de Janeiro uma cidade ímpar. Vemos também que o reflorestamento das comunidades fornece a elas uma beleza natural construída e através disso as faz compor o cenário de floresta que é muito vendido pelo ecoturismo que se faz muito presente e procurado por muitos turistas.

Deste modo a cidade consegue integrar as comunidades ao seu turismo e com o projeto do Mutirão de Reflorestamento. Tal integração é um pouco facilitada pelos líderes da comunidade que veem o reflorestamento não só como uma forma de ajudar a impedir os desastres ambientais, mas também como forma de embelezamento tido como “natural” dessas comunidades.

Depois do reflorestamento esse embelezamento “natural” passou a chamar atenção do ecoturismo que começou a ser mais forte dentro das comunidades como, por exemplo,

---

<sup>127</sup> BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como *cidade maravilhosa*. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 865, 25 de marzo de 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>>. [ISSN 1138-9796].

na comunidade do Vidigal na zona sul do Rio de Janeiro, entretanto este assunto será aprofundado no capítulo seguinte.

Silvia Salgado<sup>128</sup>, mestre em Ciências da Comunicação, acrescenta que o reflorestamento também tem como foco a prevenção da obstrução de rede de drenagem e assoreamento de rios e canais. Dessa forma acaba reduziria as áreas de risco presente nas comunidades e aumentando a proteção ambiental para essas pessoas se sentirem mais seguras dentro do local que residem. Para Salgado a iniciativa do mutirão buscava basicamente tentar solucionar a precariedade das zonas de habitação dos moradores, a instabilidade das encostas que geram um risco geotécnico muito grande e por fim o projeto busca preservar as áreas florestais ainda existentes nas comunidades.

As comunidades que desejam participar do projeto passam por uma seleção executada pelos técnicos, próprios da Prefeitura. Esta seleção é baseada nos seguintes aspectos: o tamanho das áreas adjacentes à comunidade carente em questão; áreas desmatadas de encosta, com forte declividade, sujeitas à ocorrência de escorregamentos ou rolamento de blocos rochosos, representando riscos à população a jusante<sup>129</sup>; áreas que compõem bacias hidrográficas sujeitas a enchentes; áreas de risco ou de preservação permanente ameaçada pela expansão da área construída; áreas contíguas a unidades de conservação ou áreas de preservação permanente<sup>130</sup>.

Então, se a comunidade estiver dentro dos critérios descritos acima, o mutirão começa a ser executado. Esta seleção é feita porque não são em todas as comunidades que é vantajoso, seja no quesito ambiental como no econômico o investimento de um reflorestamento em uma área que seja plana, sem risco de enchentes, em resumo, áreas que não tenha risco para a população da comunidade.

A vantagem econômica está ligada ao sucesso ou ao fracasso do reflorestamento em si e não ao local que a comunidade está localizada. Muitos críticos do Mutirão acham que o reflorestamento privilegia favelas da zona sul para as mesmas ganharem com o ecoturismo, mas eles estão enganados porque o Mutirão tem seu projeto piloto na favela

---

<sup>128</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelon Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. Experiências Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 1998.

<sup>129</sup> Jusante significa o lado em que segue o curso de água. É o lado em que vaza a maré.

<sup>130</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 13.



de São José Operário localizada no subúrbio do Rio de Janeiro e o projeto está presente também em vários locais do subúrbio como Serra do Barata, Morro do Alemão e Cantagalo.

Além da seleção descrita acima, outro fator muito importante para o reflorestamento ter sucesso é a seleção das espécies de plantas. A intensa competição das mudas plantadas com gramíneas<sup>131</sup> invasoras, especialmente o capim-colonião (*Panicum maximum*), prejudicam o seu estabelecimento e desenvolvimento das plantas porque esse tipo de capim é um sinal de que o solo está empobrecido de nutrientes, aumentando assim o custo de manutenção dos plantios.

As mudas das espécies selecionadas são produzidas nos viveiros florestais<sup>132</sup> e as sementes usadas são coletadas a partir de mais de 450 árvores matrizes selecionadas e cadastradas. O principal viveiro florestal é o Centro de Produção de Essências Florestais localizado, dentro da Fazenda Modelo, que utiliza para fazer essa seleção de espécies uma sala para beneficiamento laboratório e câmara para armazenamento de sementes para o melhor condicionamento delas até serem plantadas.

Nos viveiros acontece a coleta de sementes que é feita por uma equipe de quatro coletores móveis em 1.400 matrizes cadastradas com aproximadamente 155 espécies<sup>133</sup>. Essa coleta é feita nas árvores e por isso a equipe grande e conta com quatro coletores para essa tarefa. Depois essas sementes serão estudadas para atestar se elas conseguem se desenvolver em um ambiente tão desfavorável como são as encostas.

---

<sup>131</sup> Gramíneas são plantas da família de angiospérmicas e as mais conhecidas são a grama e o capim. São conhecidas popularmente como ervas daninha.

<sup>132</sup> Viveiros Florestais: capítulo 2 p. 3.

<sup>133</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas em:  
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>



Figura 5: Coletores de mudas na Fazenda Modelo<sup>134</sup>

A seleção de espécies deve ser, portanto, um processo contínuo de avaliação, a fim de obter um melhor resultado possível, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. Nesse sentido, é necessária a utilização de parâmetros silviculturais<sup>135</sup> e ecológicos para realizar a melhor escolha. Alguns plantios realizados não tiveram um resultado eficaz, no sentido de estimular a regeneração natural do local, porque os parâmetros falados acima não foram considerados.

Foram selecionadas, pelos técnicos, 36 espécies básicas, divididas em 4 conjuntos balanceados de 9 espécies, sendo 6 pioneiras e 3 não pioneiras, ou que apresentassem comportamento análogo a um destes grupos ecológicos<sup>136</sup>. Para a composição dos conjuntos, consideraram-se ainda a fenologia e o período de viabilidade das sementes, de modo que as espécies que compõem o mesmo conjunto pudessem ser produzidas no

<sup>134</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

<sup>135</sup> Parâmetros silviculturais: são parâmetros pré-estabelecidos pela silvicultura que é uma ciência que estuda os métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais e que compreende o estudo botânico das espécies além da identificação, caracterização e prescrição da utilização de materiais.

<sup>136</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 14.

Fonte retirada do texto: JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 14.

mesmo trimestre do ano. Outras características como a caducifolia<sup>137</sup>, arquitetura e densidade da copa foram também levadas em conta, no intuito de obter um conjunto harmonioso, heterogêneo e que proporcionasse a melhor cobertura possível do terreno ao longo do ano<sup>138</sup>, na tabela<sup>139</sup> abaixo:

**Tabela 3: relação de mudas em trimestres, espécies e nome vulgar<sup>140</sup>**

TRIMESTRE DE SEMEIO	ESPÉCIES	NOME VULGAR
1º	<i>Mimosa caesalpinifolia</i>	Sabiá
	<i>Croton floribundus</i>	Capixingui
(janeiro/março)	<i>Jacaratia spinosa</i>	mamão - do – mato
	<i>Joannesia princeps</i>	andá-assu
	<i>Luehea grandiflora</i>	açoita – cavalo
	<i>Inga uruguensis</i>	ingá - quatro – quinas
	<i>Psidium guajava</i>	Goiaba
	<i>Syzygium cuminii</i>	Jamelão
	<i>Acacia auriculiformis</i> (*)	-

<sup>137</sup> As plantas caducifólias são plantas que caducam, ou seja, as folhas delas caem e esse processo ocorre no inverno e elas voltam a brotar na primavera.

<sup>138</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 14.

<sup>139</sup> Fonte retirada do texto: JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 14.

<sup>140</sup> Fonte retirada do texto: JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 14.

2°	<i>Clitoria fairchildiana</i>	Sombreiro
	<i>Senna siamea</i>	cássia – siamea
(abril/junho)	<i>Aegyphylla sellowianna</i>	Tamanqueira
	<i>Cecropia sp.</i>	Embaúba
	<i>Gochnatia polymorpha</i>	Cambará
	<i>Senna multijuga</i>	Aleluia
	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	Sibipiruna
	<i>Chorisia speciosa</i>	Paineira
3°	<i>Tamarindus indica</i>	Tamarindo
	<i>Centrolobium tomentosum</i>	Araribá
(julho/setembro)	<i>Cytharexylum mirianthum</i>	Tarumã
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	orelha - de – negro
	<i>Mimosa bimucronata</i>	Maricá
	<i>Sparattosperma leucanthum</i>	ipê - cinco – folhas
	<i>Tibouchina granulosa</i>	Quaresmeira
	<i>Cordia superba</i>	babosa – branca
	<i>Hymenaea courbaril</i>	Jatobá
4°	<i>Tabebuia heptaphylla</i>	ipê – roxo
	<i>Mimosa artemisiana</i>	Roseira

(outubro/dezembro)	<i>Peltophorum dubium</i>	Tamboril
	<i>Pterogyne nitens</i>	amendoim – bravo
	<i>Schinus therebintifolius</i>	Aroeira
	<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu
	<i>Trema micranta</i>	Crindiúva
	<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	Embiruçu
	<i>Spondias lútea</i>	cajá – mirim
	<i>Artocarpus integrifolia</i>	Jaqueira

Vale ressaltar que esta tabela se trata de uma listagem básica e que o número das espécies produzidas é superior e a escolha das espécies é baseada nas condições peculiares do local que serão inseridas.

Nesta listagem podemos ver que não existem só plantas oriundas da Mata Atlântica, mas também plantas frutíferas. A inclusão das espécies frutíferas tem como objetivo o aumento de importância das áreas reflorestadas. Porque com árvores frutíferas, a interação entre a população da comunidade e as áreas reflorestadas será maior porque os moradores vão poder colher frutos dessas áreas. Além de agregar valor ao local, as árvores frutíferas, podem mesmo indiretamente complementar a alimentação desses indivíduos.

Todo esse cuidado para se com a seleção de plantas para o reflorestamento das encostas é porque os objetivos dele são: estabilização mecânica do solo, reduzindo os riscos de deslizamentos e rolamentos de blocos rochosos; prevenção da obstrução da rede de drenagem e do assoreamento de rios e canais, reduzindo a ocorrência de enchentes; regularização do regime hídrico das bacias; redução da ocorrência de incêndios florestais;

formação de corredores ecológicos visando restabelecer o fluxo gênico entre os fragmentos florestais; proteção de unidades de conservação e remanescentes florestais<sup>141</sup>.

Tais objetivos são muito esperados pela população que mora em área com risco de deslizamento e exposta a riscos ambientais, então, por causa disso o reflorestamento de encostas se justifica por objetivas metas tão altas em relação à segurança ambiental da comunidade.

“A topografia, o relevo acidentado, os muitos acidentes causados por deslizamentos ensinam aos cidadãos que o desmatamento é um “grande inimigo a ser vencido e causa significativa dos problemas enfrentados pelos cariocas em geral e pelos habitantes dos morros em particular”.<sup>142</sup>

Este fragmento é de um depoimento do engenheiro florestal Celso Junius F. Santos que foi o coordenador no início do projeto. Pelo depoimento dele percebemos que os moradores veem o Mutirão, e especificamente o reflorestamento das encostas, como um projeto que irá tirar os grandes riscos e problemas que as encostas sem cobertura vegetal dão a esses moradores.

Silvia Salgado<sup>143</sup> escreveu que todas as áreas reflorestadas e os limites estabelecidos entre estas e a construção de casas são respeitados e permanecem intactos após o reflorestamento<sup>144</sup>. Desse modo não há a expansão da comunidade sobre as áreas que eram de risco, porém, quando os mutirantes concluem a etapa da manutenção, é possível perceber que as áreas que conseguiram ter a cobertura vegetal são invadidas novamente.

Por isso a Prefeitura, com a ajuda dos mutirantes tenta fiscalizar essas áreas. Caso o contrário, elas são desflorestadas e invadidas novamente obtendo como resultado mesmos riscos ambientais como, por exemplo, enchentes, deslocamento de blocos e de terra que era o objetivo do projeto evitar esses desastres e a expansão da comunidade.

Então em virtude dessas reinvasões das áreas reflorestadas vemos a importância da educação ambiental que é feita pelo Programa de Educação Ambiental de Reflorestamento

---

<sup>141</sup> JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 9.

<sup>142</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelon Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. *Experiências Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 1998.

<sup>143</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelon Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. *Experiências Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 1998.

<sup>144</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Nelon Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. *Experiências Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 1998.

(PEAR<sup>145</sup>) em parceria com as escolas públicas locais é feita com o objetivo de conscientizar as crianças e os pais para respeitarem e não invadirem novamente as áreas reflorestadas para que o risco ambiental não volte a ser um medo constante dentro das comunidades.

O reflorestamento de qualquer área envolve a seleção de espécie, a implantação e a manutenção, cuja duração da segunda é de aproximadamente um ano de duração<sup>146</sup>. A fase da implantação do projeto é feita com mão de obra local sob supervisão de um engenheiro florestal e de um encarregado de campo utilizando a técnica de plantio em curvas como mostra a figura abaixo.



Figura 6: Área de implantação do Mutirão de Reflorestamento<sup>147</sup>

Na figura acima nos mostra que o reflorestamento é feito em linhas de plantio em curvas para evitar a erosão do solo e o deslizamento de terra, muito comum durante os períodos de chuva com o encharcamento de terra, e pode ocasionar vítimas. Por isso a técnica do plantio em curvas é tão usada, evitando a erosão e o deslizamento de terra nas comunidades.

---

<sup>145</sup> PEAR: significa “Programa de Educação Ambiental de Reflorestamento” ele está mais bem explicado no capítulo 3.

<sup>146</sup> SALGADO, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Neloson Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. Experiências Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, 1998.

<sup>147</sup> Fonte: Fragmento da Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de Dezembro de 2015 às 15:17 no site:  
< [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF)>

A Tabela 4 mostra o Rendimento Mínimo Estimado (RME) por hectare de terra para a implantação do projeto. Ela também demonstra que algumas etapas de operação precisam ser executadas durante esse momento do projeto.

**Tabela 4: Rendimento Mínimo Estimado (RME) por hectare fase de implantação<sup>148</sup>**

Operação	Quant/há	HH normal	HH pesado	HH/ha normal	HH/ha pesado
Acirramento (m <sup>2</sup> )	1000	20	13	50	77
Roçada (m <sup>2</sup> )	10.000	75	50	134	200
Capina em faixas (m <sup>2</sup> )	5.000	18	12	278	417
Enleiramento (m <sup>2</sup> )	5.000	110	70	46	72
Coveamento (un)	2.500	9	6	278	417
Adubação (un)	2.500	95	95	27	27
Plantio (un)	2.500	15	15	167	167
Transporte encosta acima (un)	1.040.000	9000	6400	115	162
<b>TOTAL</b>				<b>1095</b>	<b>1539</b>

<sup>148</sup> Fonte: Fragmento da Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de dezembro de 2015 às 15:17 no site: < [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF) >



A parte da manutenção é onde ocorre um conjunto de operações que vai do final da implantação até a formação de uma cobertura florestal que proteja totalmente a superfície do terreno. Essa fase dura em média 3 anos.

A manutenção segue algumas etapas específicas que são limpeza de aceiros, roçada, capina em faixas, replantio, combate a pragas, desbastes<sup>149</sup>, podas e enriquecimento. Esses passos são feitos a partir das condições do solo e características locais.

**Tabela 5: Rendimento Mínimo Estimado (RME) por área em manutenção<sup>150</sup>**

Operação	Quant/há	HH normal	HH pesado	HH/ha normal	HH/ha pesado
Acirramento (m <sup>2</sup> )	1000	28	19	36	53
Roçada (m <sup>2</sup> )	5.000	90	60	56	83
Capina em faixas (m <sup>2</sup> )	5.000	25	17	200	294
Enleiramento (m <sup>2</sup> )	5.000	120	80	42	63
Coveamento (un)	375	13	10	29	38
Adubação (un)	375	95	95	4	4
Plantio (un)	375	15	15	25	25

<sup>149</sup> Desbaste: cortes seletivos feitos normalmente em povoamentos jovens, que visam a retirada de árvores defeituosas e dominadas para incrementar o crescimento em diâmetro e em altura, pela maior exposição ao sol.

<sup>150</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

Transporte encosta acima (un)	200.000	6400	6400	32	32
TOTAL				424	592

A tabela 5 nos faz refletir sobre como se procede durante o período de manutenção. Ela também nos mostra também que existe uma área mínima que o projeto precisa para ser executado haja vista que muitas plantas não conseguem permanecer e acabam morrendo. Portanto, os mutirantes acabam por plantar um excedente, já que sabem que existe uma perda de mudas durante o período de manutenção.

Comparando as duas tabelas acima podemos ver que o total de hectare normal e o pesado do período de implantação é muito superior aos mesmos do período de manutenção. Isso acontece porque durante o momento da implantação muitas plantas não vingam na área destinada ao plantio por diversas causas como, por exemplo, pragas, inclinação, fogo, criação de animais etc. e em virtude disso há essa disparidade nesses números.

Até 2003 o total de trabalhadores estimados pelo Mutirão de Reflorestamento na etapa de implantação era de 516 trabalhadores e na fase de manutenção 338 totalizando 854 trabalhadores. Portanto, o projeto atuava em mais de cem comunidades até o ano em questão e a equipe era composta por 65 agentes ambientais que são vinculados a prefeitura e não são moradores das comunidades<sup>151</sup>.

Em 2003 o projeto atendia 107 comunidades espalhadas por todo o município do Rio de Janeiro e reflorestou aproximadamente uma área de 1.600 ha na qual foram utilizadas 3.900 mudas plantadas<sup>152</sup>.

“Segundo dados da Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), através do Programa foram reflorestados aproximadamente 1.700,00 ha, atendendo a 116 comunidades destruídas pela cidade. Dos 116 projetos, 77 estão em fase de manutenção, possuindo 4 equipes de manutenção atendendo 13 comunidades, 39 estão em fase de implantação. O programa também conta com equipe de agentes ambientais, 4 unidades de produção de

<sup>151</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

<sup>152</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

mudas e uma equipe de coleta de sementes. O total de mudas plantadas no Programa Mutirão Reflorestamento é superior a 4 milhões (SMAC)<sup>153</sup>”.

Esses dados são de 2006 e a autora nos faz ver o quão grande o projeto do Mutirão de Reflorestamento se tornou em apenas 20 anos após o seu início. A engenheira florestal Danielle Santos<sup>154</sup> demonstra que existe uma forte inserção do projeto nas comunidades, já que ele conseguiu atingir em pouco tempo 116 comunidades, com pequena ou mínima presença do Estado.

O número estimado de mudas plantadas que é superior a 4 milhões, apresentado no fragmento acima, nos faz analisar o grande sucesso em número de mudas plantadas está diretamente ligado ao tamanho do sucesso e da parceria entre a Associação dos moradores de cada comunidade com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Porque o encarregado é o apoio dos técnicos e ele é ligado a Associação de Moradores, então mantendo essa boa relação resulta nas mudas serem plantadas mais rápido obtendo uma extensão mais rápida da cobertura vegetal na comunidade.

O projeto do Mutirão de Reflorestamento enfrenta algumas dificuldades desde seu início como, por exemplo, desmobilização comunitária que é um dos grandes problemas enfrentados pelo projeto, já que para o sucesso dele a comunidade precisa estar engajada. Outro problema corriqueiro é o corpo técnico subdimensionado, pois sem um número mínimo de técnicos treinados para a execução do projeto o reflorestamento está destinado ao fracasso.

Outros obstáculos mais comuns são alheios ao projeto. Por exemplo, há casos de incêndios, cujos índices aumentam durante o período de festa junina. Há também o risco de violência feita pelo tráfico contra os técnicos da Prefeitura, porque o mutirão pode ser interpretado como uma brecha para o Estado voltar a dominar a comunidade e as áreas reflorestadas podem ser usadas pelo tráfico para desova de corpos.

Finalmente, outro fator é a criação de animais em encostas, que dificulta o reflorestamento porque esses animais podem acabar pisando nas mudas ou então seus donos podem abrir pequenas clareiras para a criação deles quando já se têm as árvores.

---

<sup>153</sup> SANTOS, Danielle Gomes dos, *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Ed. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>154</sup> SANTOS, Danielle Gomes dos, *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Ed. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

Com a restauração do ecossistema dos mangues e com a proteção das encostas o Mutirão tem como objetivo também a redução da poluição do ar; melhoria climática e fixação do CO<sub>2</sub>; recomposição da paisagem natural; limitação da expansão das comunidades carentes sobre as áreas de risco ou de proteção ambiental; fornecimento de proteção, abrigo e alimento à fauna silvestre; recomposição dos Ecossistemas Atlânticos, revertendo o processo de perda da biodiversidade.

Segundo Santos<sup>155</sup> pode se observar em reflorestamentos bem estabelecidos, a diferença climática, conscientização dos moradores, diminuição de detritos, o retorno da fauna, diminuição de incêndios e a limitação de áreas das favelas, que deixam de se expandir e a autora toma como exemplo a favela da Posse que é localizada em Campo Grande no subúrbio carioca.

A partir dessa observação da autora podemos concluir que tanto os objetivos gerais quanto os específicos do Mutirão foram alcançados. O projeto conseguiu também projeção mundial ganhando prêmios notórios. Por exemplo, selecionado pelo “Projeto Megacidades” (ONU, 1990) para integrar a publicação *Environmental Innovation for Sustainable Mega-Cities: sharing approaches that work*. Também foi selecionado entre as “100 Experiências Brasileiras de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21” (MMA, 1997), entre os 20 melhores projetos no Concurso “Gestão Pública e Cidadania” (Fundação Getúlio Vargas/Fundação Ford, 1997), e para integrar o banco de dados mundial *Best Practices and Local Leadership Programme* (UNCHS-Habitat, 1998), membro oficial do Planet Society–UNESCO. Recebeu os prêmios, CREA-RJ de Meio Ambiente (1998), Projeto Modelo pela Society for Ecological Restoration (SER, 1999), Metropolis Award (Seul, 2002)<sup>156</sup>.

Portanto vemos que o Mutirão de Reflorestamento passou por várias mudanças na esfera trabalhista para se obter resultados mais satisfatórios nas regiões reflorestadas e para alcançar seu principal objetivo que era de criar uma barreira de proteção ambiental para evitar o deslizamento de terra e o deslocamento de blocos sem deixar de atender também o principal alvo da Prefeitura que era controle da expansão das comunidades.

---

<sup>155</sup> SANTOS, Danielle Gomes dos, *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Ed. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>156</sup> FONTE: site do Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas em:  
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

O programa tem sucesso muito grande no quesito ambiental e é reconhecido no mundo por sua eficiência na cobertura de proteção ambiental de encostas e na restauração do ecossistema de mangues. E o quesito ambiental não é só técnica de plantio e manutenção, mas um diálogo constante de conscientização entre os moradores para estes preservarem o reflorestamento e assim diminuïrem os riscos ambientais locais que acabam sendo risco de vida para todos os residentes desses locais de morro.

### Capítulo 3: O Mutirão de Reflorestamento no Vidigal e suas ramificações na favela.

“A despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com um contexto histórico específico, o favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relações autorreguláveis do mercado pela globalização<sup>157</sup>”

O fragmento acima nos faz entender como é forjada a identidade do morador da favela e construída ao longo da história do Rio de Janeiro pelo contexto histórico que este cidadão está inserido e isso mostra também a luta dele para terem reconhecimento da relevância de seu papel para a construção da cidade.

Dentro desse “contexto histórico” o favelado passou de um fantasma na visão das autoridades para um problema e hoje para uma engrenagem muito relevante dentro do contexto econômico global não só para a sua comunidade, mas também para a cidade através do turismo.

O turismo em favelas e em locais pobres não é algo novo pois teve grande visibilidade em 1996 durante a visita de Michael Jackson no Morro Santa Marta, porém o projeto do Mutirão de Reflorestamento deu uma nova moldura para este turismo que irei falar mais à frente. Contudo para entendermos melhor a comunidade do Vidigal precisamos olhar para a história dessa favela e para a sua localização, pois sua geografia é ímpar em relação às outras.

#### 3.1- Um breve retrato histórico do morro do Vidigal:

O Vidigal fica localizado na Zona Sul da cidade sendo palco de várias manifestações artísticas, berço da companhia de teatro “Nós do morro” e foi cenário atualmente do videoclipe da cantora de funk Annita que deu maior reconhecimento e popularidade a comunidade no exterior. Esta favela tem uma visão privilegiada do mar, como podemos ver na imagem abaixo, e ela fica localizada na Avenida Niemeyer que liga São Conrado com o Leblon que são bairros da classe média alta e alta da cidade.

---

<sup>157</sup> ZALUAR,A e ATILIO,M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.

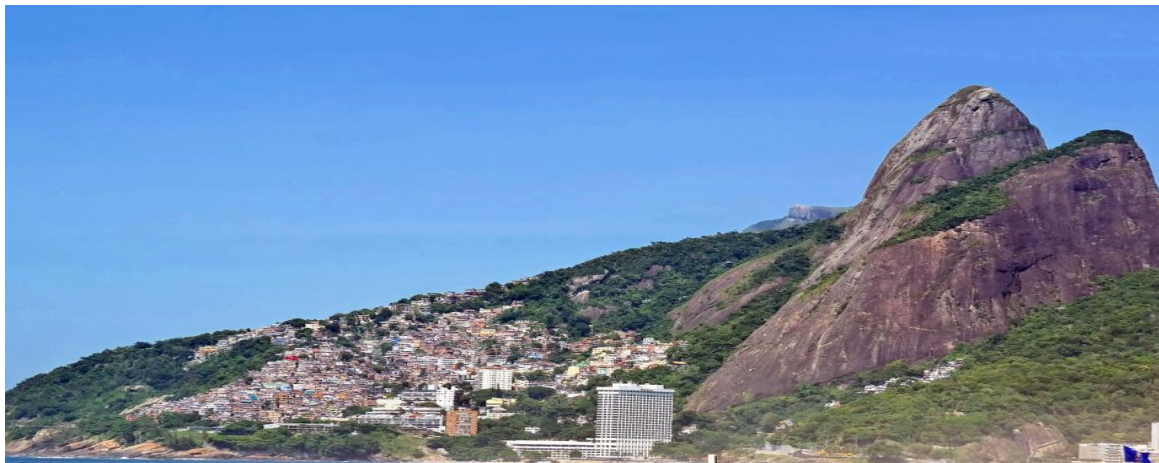


Figura7: Vidigal onde mostra sua localização e visão privilegiada do RJ<sup>158</sup>

Com este território privilegiado o Vidigal passou por várias tentativas de remoção e resistência durante a sua história e por diferentes visões do poder público em relação à comunidade.

A ocupação da favela começou em 1941. Os primeiros moradores construíram suas casas abaixo da Avenida Niemeyer até a praia do Vidigal, onde hoje se localiza o Hotel Sheraton, um dos hotéis mais luxuosos da cidade. Em 1950 a Avenida Niemeyer foi aumentada e os moradores da parte baixa foram removidos para cima da avenida.

Desse modo, as ocupações da parte superior da via foram iniciadas na antiga estrada do Tambá que atualmente é a Avenida João Goulart, rua que corta toda a favela e que se inicia na Niemeyer e vai até o topo.

As décadas de 50 e 60 foram fortemente marcadas pelas políticas de remoção de favelas, principalmente as situadas na Zona Sul<sup>159</sup>, com o objetivo de urbanizar e de motivar o mercado imobiliário desta zona da cidade. Com o Vidigal não foi diferente, pois ele também estava na mira dessa política.

---

<sup>158</sup> [www.minube.com/fotos/rincon/3663339](http://www.minube.com/fotos/rincon/3663339)

<sup>159</sup> Esse assunto foi fortemente abordado no capítulo 1.

Em 1958, a comunidade começou a ser ameaçada de despejo pela Empresa Melhoramentos do Brasil e formou-se uma comissão de moradores para impedir o despejo de seus residentes<sup>160</sup>.

Em 1967, o proprietário de um terreno no qual a favela se situava entrou na justiça com uma ação de reintegração de posse e o resultado dela foi a proibição dos moradores a fazer melhorias em suas casas além de proibir a construção de novas moradias. Nesse mesmo ano foi criada a Associação de Moradores do Vidigal com o objetivo de conseguir uma ação que benéfica aos moradores contra este proprietário.

No mesmo ano a Associação ganhou uma permissão para consertar os barracos, mas, em contrapartida, a associação tinha que fiscalizar a construção de novas casas pois essas eram proibidas e em virtude disso houve pouco apoio da comunidade e sua atuação foi enfraquecida.

Além de não se ter apoio da comunidade o presidente da associação era muito visado por causa de sua popularidade na favela e eles também eram vistos como alvos, durante o período da ditadura civil-militar, quando se posicionava contra as políticas de remoção resultando em desaparecimentos e prisões arbitrárias. Então isso pode também ter se tornado um forte argumento para o esvaziamento da associação pois ninguém queria se tornar alvo desse regime.

No ano de 1968 iniciou-se a construção do Hotel Sheraton. A administração do hotel tentou privatizar a praia que fica abaixo do local onde se situa o empreendimento, porém os moradores ganharam na justiça o direito de frequentá-la<sup>161</sup>.

Depois de anos de tranquilidade os moradores da favela voltaram a ser ameaçados pelo risco de remoção. No final dos anos 1970, uma parte do Vidigal foi vendido para a empresa Rio Tower para a construção de outro hotel de luxo. Com isso houve novamente a tentativa de remoção de alguns moradores.

---

<sup>160</sup> [www.favelamemoria.com.br](http://www.favelamemoria.com.br), acessado em 19/01/2006

<sup>161</sup> ZALUAR,A e ATILIO,M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ªed.1998.





Figura 8 “O Globo”, dia 31 de dezembro de 1977, Matutina, Rio de Janeiro, página 9

A Figura 8 nos ilustra a notícia veiculada no jornal “O Globo”, onde mostra um decreto feito por Faria Lima para remover os moradores da favela. Essa notícia surpreendeu os moradores, pois equipes da Prefeitura foram enviadas para derrubar os primeiros barracos e levar as famílias para Antares, um dos conjuntos financiados pelo BNH<sup>162</sup>.

A Associação de Moradores junto ao advogado Aloísio Teixeira conseguiu uma ordem judicial que adiou as remoções. Esse adiamento forneceu o tempo necessário aos moradores para procurarem o apoio da Pastoral de Favelas da Igreja Católica que foi mais um apoio a essa luta.

O Colégio Stella Maris foi um espaço cedido, onde foram feitas as reuniões e oferecida assistência financeira para os custos do processo. Segundo Maria Christina Sá, assessora do cardeal Dom Eugênio Salles na época, que se pronunciou contrário da remoção, afirma: “O Colégio Stella Maris teve participação importantíssima. Lá foram

<sup>162</sup> [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10741/10741\\_5.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10741/10741_5.PDF).

feitas todas as reuniões, abrigadas as pessoas necessitadas, recolhendo os donativos - era realmente um ambiente de verdadeira fraternidade<sup>163</sup>”.

A Prefeitura, em sua defesa, utilizou o argumento ambiental que consistia no alto risco de desabamento no local, por sua vez, os moradores descobriram um projeto de construção de um hotel. Este projeto foi a público e assim eles conseguiram apoio político, artistas, cantores e diversos grupos ligados à Igreja Católica.

Um exemplo de cantor que morava na favela e participou da resistência foi Sérgio Ricardo e Ney Matogrosso fez um show no Stella Maris para ajudar a associação a arrecadar recursos financeiros.

A Pastoral de Favelas montou uma equipe de juristas, que tinha Elyana Athayde que relatou:

“Lembro como se fosse hoje quando Arnaldo [de Almeida Lima, presidente da associação de moradores na época] nos procurou para pedir ajuda. Os moradores já haviam tentado de tudo, até colocar crianças na rua para evitar a destruição dos barracos<sup>164</sup>”.

Nesta fala é perceptível o desespero dos moradores que utilizavam crianças para sensibilizar as ações de remoção da Prefeitura e não obtinham sucesso. Por isso era muito importante haver a proteção judicial da comunidade e para isso precisavam de assistência jurídica que foi oferecida pela Pastoral das Favelas.

Com as ações judiciais o jurista Bento Rubião conseguiu medidas cautelares, como está exposto no fragmento abaixo:

“Quando o Bento Rubião entrou no caso ele conseguiu logo de cara uma ação que suspendia as próximas tentativas de remoção. E foi assim durante meses. Eles vinham para derrubar e a gente já tinha uma medida cautelar preparada. Era só mostrar os papéis que ninguém podia fazer nada<sup>165</sup>”.

Neste fragmento vemos a força da ação jurídica frente às remoções. Assim o prefeito Marcos Tamoio e o governador Faria Lima, que eram a favor da remoção, não

---

<sup>163</sup> Estudo das Características Socioeconômicas e as Aspirações dos Moradores da Comunidade do Vidigal, 1999:16.

<sup>164</sup> [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10741/10741\\_5.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10741/10741_5.PDF)

<sup>165</sup> [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10741/10741\\_5.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10741/10741_5.PDF)

obtiveram êxito na ação. Contudo tiveram moradores que não entraram com a ação e em virtude disso, foram removidos para Antares.

Em 1978, foi decretado a desapropriação de terrenos para fins sociais, assinado pelo governador Chagas Faria que acabou finalizando essa disputa e afastando o fantasma de novas remoções.

Durante a visita do Papa João Paulo II ao Vidigal, em 02 de julho de 1980, onde fez um sermão sobre o compromisso da Igreja com os pobres e às desigualdades sociais muito visíveis na cidade do Rio de Janeiro. Em virtude da visita papal o Vidigal passou por obras de melhorias que incluíram reforma nas escadarias entre outras.

Contudo, mesmo nesse cenário de remoções e ações judiciais o Vidigal passou a ser cenário também da invasão do tráfico de drogas. A facção do Comando Vermelho (CV) se instalou na favela impondo seu poder.

### **3.2- O início Mutirão de Reflorestamento no morro do Vidigal:**

“A degradação de um ecossistema caracteriza-se pela perda da resiliência, da estabilidade do ambiente, da biodiversidade, diminuição das formas de propagação, entre outros fatores. Esta pode ser causada por motivos naturais e/ou humanos e o nível da degradação varia de acordo com o tempo e a forma como a área está sendo utilizada<sup>166</sup>.”

Segundo Moraes, autor do fragmento acima, a degradação do meio ambiente pode ocorrer por motivos naturais como, por exemplo, um terremoto ou pelo ser humano. Já no caso do Rio de Janeiro esses motivos andam juntos, pois com a expansão urbanística de forma desordenada junto às fortes chuvas deram as ferramentas básicas para ocorrer a degradação de ecossistemas.

Essa expansão urbanística, focando nas favelas, foi executada de forma desordenada pois o histórico dos programas de urbanização da cidade tinha como objetivo a retirada da classe baixa dos bairros que são os cartões postais. Visto isso, relembramos do programa de remoção das favelas que tinham o objetivo de tirar os moradores desses

---

<sup>166</sup> Moraes, L.F.D., Assumpção, J.M., Pereira, T.S., Luchiari, C. (2013). Manual Técnico para a Restauração de áreas degradadas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 80 p.

locais para bairros longe de seus trabalhos e com infraestrutura inferior à que eles tinham acessos.

A consequência desse programa foi um aumento demográfico nas comunidades que não foram removidas ocasionando a derrubadas de árvores e a construção de casas em encostas. Porém a falta de fiscalização do Estado, nessa região onde seu poder é limitado pelo tráfico de entorpecentes, resultou em várias mortes ao longo dos anos.

Os anos 90 foi marcado por uma grande chuva que acarretou grandes consequências para cidade e seus moradores que tiveram que conviver com enchentes e desabamento de barragem.



Figura 9: Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1964, Rio de Janeiro, capa.

O recorte do “Jornal do Brasil” nos mostra a fragilidade da cidade frente a chuva forte que ocorreu em 1964. Esta fragilidade não assola somente às favelas como mostra a

[Digite aqui]

imagem acima, mas a toda cidade em virtude da pouca eficiência de mecanismos de drenagem. Esta chuva durou oito horas, deixou o Rio de Janeiro em baixo d'água e matou 21 pessoas.

Essa chuva além de criar o caos exposto acima foi um problema muito grande nas favelas, principalmente no Vidigal que uma barragem atingiu alguns barcos chegando a óbito de alguns moradores.

ARTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 1996

CIDADE

VIDIGAL

Barracos são soterrados no morro e seis crianças morrem, duas delas na frente da mãe



Moradores iniciaram o trabalho de resgate das vítimas no Vidigal, e só mais tarde os bombeiros chegaram; até a noite, uma mulher de 24 anos, grávida de dois meses, estava desaparecida

## “Eles sumiram na lama”

Parecia uma manhã como outra qualquer. Mas havia chovido a noite toda. Daniel Corrêa de Oliveira, de 25 anos, estava deitado na sala vendo televisão à espera do café da manhã. Na cozinha, a mulher Marilene Fontes de Souza, de 20 anos, e a prima Maria das Graças, de 28, preparavam cuscut. O filho de Marilene, João Pedro Fontes de Souza, de 2 anos, assistia impaciente. De repente, tudo desmoronou. “Foi tão rápido como acender uma luz”, descreveu Daniel, que na hora do deslizamento foi atirado para fora da casa e acabou tendo o braço direito imprensado contra o muro da casa. Seis crianças morreram no Vidigal.

No hospital, Daniel levou apenas dois pontos e teve o braço enfaixado. Marilene, a prima e João Pedro, que sofreu traumatismo craniano, também foram projetados ladeira abaixo pela força da água e cairam no jardim da casa em frente. Ninguém morreu. Um pouco de sorte no meio de tanta tragédia. Ontem, pela manhã, no alto do Morro do Vidigal, na área conhecida como Índia, seis crianças morreram em consequência de um desmoronamento que destruiu totalmente seis casas e danificou duas: os irmãos Leandro Bernardo de Jesus, de 8 anos, Ana Carolina Bernardo, de 5 e Rafael Bernardo de Jesus, de 11, Wallace Fernandes Evangelista, de 10, e Ronaldo Souza Oliveira, também de 10. Vinte e duas pessoas ficaram feridas.



Daniel de Oliveira teve o braço imprensado contra o muro mas, ainda assim, ajudou a salvar vidas

ANATILDE BERNARDO DE JESUS, DONA DE CASA

Entre os escombros de Alves de Souza como é conhecida, enterrado na lama, outro desmoronamento e mal podiam ser salvos”, contou Manoel Severino Alves, que conseguiu salvar levadas para o Morro do Vidigal.

Severino Cunha, gal há quatro anos, azul, sua casa foi totalmente desabamento. “O que aconteceu”, disse. Havia uma vizinha e considerava o local maior para a construção como Manoel Severino. Ele conseguiu salvar seis crianças, João Pedro de 2 anos. O papel de herói de ter perdido destruídos na tragédia Gerone da Conceição Cunha foram obrigados a arrumar as malas e para a casa de alguns parentes.

Figura 10: Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1996, Rio de Janeiro, caderno: Cidade, p.03.

[Digite aqui]

A matéria acima, também do Jornal do Brasil, expõe especificamente as consequências da chuva para a favela do Vidigal, onde morreram seis crianças em virtude de um deslizamento de terra.

Após esta chuva a Associação de Moradores solicitou junto a Prefeitura o início do processo de avaliação técnica para o início do programa na comunidade. O local onde ocorreu este deslizamento foi o ponto inicial do Mutirão de Reflorestamento<sup>167</sup> e os destroços do barraco são expostos e lembrados no guiamento pelos mutirantes aos visitantes.

"Trabalho com o projeto de reflorestamento há 15 anos. É gratificante poder contribuir para reverter a situação de degradação ambiental das comunidades. Além do plantio, são desenvolvidas políticas de educação ambiental para que a área não seja mais depredada. Aqui no Vidigal plantamos cerca de 20 hectares, o lugar hoje é lindo<sup>168</sup>."

No depoimento acima de Sérgio Moreira Melo, encarregado do Mutirão de Reflorestamento do Vidigal, mostra que a educação ambiental é muito presente na comunidade e ela se concretiza através de visitas e plantações de mudas pelas crianças de colégios e creches na área do reflorestamento.

### **3.3- A relação dos técnicos e dos mutirantes**

A relação entre os técnicos e os mutirantes é baseada no diálogo entre eles, pois os técnicos têm o conhecimento das técnicas de plantio enquanto os mutirantes detêm o conhecimento sobre as pessoas e a comunicação com a comunidade. Quando esses dois conhecimentos se complementam o resultado é um respeito e não invasão das áreas reflorestadas.

Segundo Alfredo, engenheiro florestal e técnico da prefeitura:

"Um dos maiores ganhos do Mutirão, para mim, não foi nem o ganho ambiental, mas foi o ganho de a comunidade não crescer em direção a área de risco. Porque em todas as áreas que entramos nós limitamos a área de

---

<sup>167</sup> Tal fatalidade ainda é lembrada pelos mutirantes quando eles estão guiando os visitantes ou escolas no local e mostram o alicerce da casa que foi derrubada com o deslizamento. Eles fazem questão de deixar a base da casa exposta para lembrar essa marca dolorosa do passado e o início do programa.

<sup>168</sup> <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/refrescando/reflorestamento/>

risco e se manter o mutirão então não há invasão, porém se tirar o projeto de atuação dessas áreas aí elas serão invadidas novamente<sup>169</sup>”.

Logo, segundo Alfredo, o maior impacto do projeto é a preservação da área de reflorestamento que se efetua através da presença dos mutirantes que em contato com a Prefeitura conseguem manter o local que tem risco de desabamento sem habitação o que diminui o risco de feridos e até de morte se houver desmoronamento.

Contudo ele aponta um ponto negativo do programa que é a necessidade da presença constante da figura da Prefeitura, podendo ser até mesmo uma pequena equipe de mutirantes só para manter presença e a área não ser invadida novamente colocando a vida dos moradores em risco.

Outro problema no Vidigal é a entrada de comerciantes que desejam se estabelecer na área de reflorestamento, pois ela dá o acesso a trilha do Mirante do Vidigal e por isso passam muitos turistas e desse modo, há uma disputa por esse mercado e pela área.

“Este movimento entre o velho e o novo acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer<sup>170</sup>”.

Segundo Luchiari<sup>171</sup> o turismo consegue eleger novas paisagens que eram esquecidas anteriormente como no caso da trilha para o Mirante do Vidigal que era um local de passagem, porém com o reflorestamento, esse local se tornou a continuidade da atividade turística e por isso o local que antes era marginalizado com o reflorestamento ganhou novos olhares e se tornou valorizado. Logo uma região valorizada acaba tendo conflitos como, por exemplo o citado acima.

Em virtude dessa disputa de território resultado produzido pela rentabilidade do turismo na região e pela área não ter concorrentes, já que ela é de preservação ambiental a Prefeitura resolveu criar uma placa com o objetivo de informar aos turistas que a trilha é

---

<sup>169</sup> Alfredo, engenheiro ambiental do programa Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro.

<sup>170</sup> LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Urbanização turística: Um novo nexo entre o lugar e o mundo. IN: LIMA, Luiz Cruz. Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico. Fortaleza: FUNECE, 1998. P. 15-29

<sup>171</sup> LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Urbanização turística: Um novo nexo entre o lugar e o mundo. IN: LIMA, Luiz Cruz. Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico. Fortaleza: FUNECE, 1998. P. 15-29



área de reflorestamento, colocou placas em 2005 e há relatos até 2009 constantes discussões sobre o assunto, e também a qualquer pessoa que tente estabelecer algum comércio no local que está cometendo crime.



Figura 11: Placa localizada no Vidigal que informa sobre a proibição de atividades que configuram Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998)<sup>172</sup>

Esta placa relata alguns tipos de crimes ambientais que se praticados por pessoa jurídica ou física tem punições na forma da lei. Os Artigos 38 e 38A explicitam algumas formas de crime ambiental contra a flora.

<sup>172</sup> Foto tirada pela autora.

“Artigo 38- Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

Artigo 38 A- Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção<sup>173</sup>”

Através desses Artigos transcritos acima, podemos verificar que o conceito de área reflorestada está mencionado quando se refere área de preservação permanente ou em formação, que é o caso do reflorestamento e o caso da danificação de vegetação primária ou secundária de regeneração da Mata Atlântica, que são as espécies plantadas pelo Mutirão de Reflorestamento. Logo esta lei é uma ferramenta para proteger essa área tão cobiçada no Vidigal.

Porém às vezes a sinalização é ignorada por alguns e há danificação nas mudas em virtude disso os próprios mutirantes resolveram fazer um caminho, uma espécie de trilha, para os turistas passarem e diminuir os problemas causados pelo trânsito de pessoas nesse local.

Vemos que o trânsito de pessoas é bastante prejudicial à recuperação ambiental, pois muitos turistas não têm consciência que a área que estão é um local de reflorestamento, por isso também se foi colocada a placa acima, e eles podem danificar essas áreas.

No depoimento de José Carlos (mutirante, da categoria servente) do Vidigal vemos uma crítica a proteção das áreas reflorestadas:

“A comunidade sempre respeitou até uma certa parte ... de vez em quando temos um problema aqui ou ali de pessoa que entra e sobe aqui, mas atualmente que tem muitos gringos subindo aqui porque as pessoas querem chegar e mexer em uma coisa ou outra e nós estamos aqui para orientar. Esses são os pequenos atritos que você pode encontrar que não temos como resolver né até porque vem passear só e se não estivermos no momento e eles chegam e quebram árvores então quem foi? Não sabemos por que estão subindo<sup>174</sup>”.

Através desse depoimento vemos que um problema constante para o reflorestamento é o ecoturismo, especialmente no caso da favela do Vidigal em virtude dos turistas se encantaram com a vista do Mirante do Vidigal, contudo algumas vezes não

---

<sup>173</sup> Lei Federal 9.605/1998, Seção II, Artigo 38.

<sup>174</sup> Depoimento de José Carlos mutirante, categoria servente, do Vidigal.

entendem ou não respeitam as áreas reflorestadas e por esse motivo os mutirantes e técnicos precisam ficar atentos em especial nessa parte reflorestada.

Milton Santos<sup>175</sup> irá aprofundar essa discussão sobre os ecoturismos dizendo que a globalização tem efeitos locais, pois antes o local tinha o tempo mais lento em relação ao tempo global que era considerado mais rápido. Contudo com o advento da globalização e com ela a criação de redes mundiais acabou retirando o caráter de tempo lento do local e o transformou para rápido.

Dentro dessa perspectiva é possível observar na fala do mutirante, José Carlos, que esse conflito do tempo local que seria mais lento e que as árvores do reflorestamento conseguiriam ficar grandes e fortes porque a comunidade respeita essa área e tem consciência de que não podem mexer nas plantas em crescimento, em contrapartida agora este local está recebendo as influências das redes através do turismo e isso não está inerente a comunidade mas aos empresários e governantes, que como diz Milton Santos<sup>176</sup>, vão disputar para seus locais de domínios e se tornarem atrativos e para isso eles utilizam tanto recursos materiais quanto imateriais.

Nota-se também no depoimento de José Carlos que a comunidade respeita o reflorestamento e não invadem a área reflorestada, pois se fez um trabalho de conscientização com os moradores também eles deixam expostos os escombros da tragédia que foi um deslizamento de terra, onde deu o início do projeto na comunidade

Pois segundo Maturada e Varella<sup>177</sup> as crises ambientais reorganizam o sistema e as crises ecológicas faz com que os sistemas se reorganizem dentro da história. Mas não se pode estudar somente o evento sem se preocupar com a história da região ou do povo que ali habita.

A partir da visão desses autores, percebemos que deixar o alicerce da casa que desmoronou com a chuva de 1992, onde morreu a grávida e as seis crianças, em evidência

---

<sup>175</sup> SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1998.

<sup>176</sup> SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1998.

<sup>177</sup> MATURAMA, Humberto R. and VARELLA, Francisco J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. Pallas Ahenas, 2001.

é um aspecto de reviver a memória e contar a história, mas também um local que ganha a forma de reflorestamento e de segurança para uma determinada região e povo.

O trabalho de conscientização não se resume na memória da tragédia, mas os mutirantes guiam crianças de uma escola pelo reflorestamento, explicam o porquê de reflorestar aquele local, fazem plantio com as crianças e falam um pouco da história dos trabalhadores que passaram pelo projeto.

Além disso o projeto Mutirão de Reflorestamento conta também com um projeto de educação ambiental que é o Programa de Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento (PEAR) que deu apoio ao Mutirão de Reflorestamento. O PEAR seleciona e capacita os agentes para atuarem nas comunidades que têm o mutirão mantendo as parcerias com as associações de moradores. Ele também propicia atividades educacionais para as escolas e os membros dessas comunidades, sempre focando na formação de agentes multiplicadores.



Figura 12: Educação Ambiental em área de reflorestamento no Morro da Babilônia.

Em 2002, o PEAR conta com 65 agentes ambientais atuando em 107 comunidades atendidas pelo projeto Mutirão. A PEAR faz parceria com as escolas municipais que estão

na área da favela para conscientizar as crianças da importância do reflorestamento também para que elas se sintam como parte do processo e que suas famílias também. Isso deixou o projeto mais conhecido e com mais pessoas a favor do Mutirão dentro das comunidades<sup>178</sup>.

Um dos objetivos da educação ambiental é que essas crianças tomem consciência da importância do reflorestamento e que estas áreas reflorestadas sejam vistas como um local que possam desenvolver o contato com a natureza e um local de recreação.

Portanto verificamos que a história do Vidigal foi marcada por lutas que demarcaram o território da favela e pelo desastre da grande chuva que resultou nos desmoronamentos de terra e deslocamento de blocos o que possibilitou a entrada do programa.

No início o Mutirão de Reflorestamento não tinha o intuito de se tornar um dos pilares do turismo na comunidade, porém ele não perde seu objetivo de vista que é recuperar a Mata Atlântica e em virtude disso, usa as leis para preservar o reflorestamento.

---

<sup>178</sup> Fonte: Fragmento da Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de dezembro de 2015 às 15 horas e 17 minutos no site:

< [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF) >

### **Considerações Finais:**

Esta dissertação nos faz entender a complexidade do projeto Mutirão de Reflorestamento, que só foi possível diante da abertura política, do diálogo entre Estado e comunidade que se deu através da Constituição Federal de 1988.

Vimos também que o projeto é inovador no campo de políticas públicas sobre as favelas do Rio de Janeiro, pois ele vai ser uma política democrática não imposta pelo Estado como acontecia nas décadas de 1960 e 1970 com as remoções de favelas.

No caso do mutirão as comunidades se organizaram através de suas Associações de Moradores para requisitarem o projeto na Prefeitura e desse modo ele pode ser caracterizado por uma atividade social e comunitária que visava à recuperação ambiental dos morros cariocas.

Na primeira fase do mutirão vimos que ele mantém esse caráter, porém com o passar dos meses e com a implantação da remuneração, em novembro de 1987, vemos que o Estado começa a controlar quem trabalha no mutirão usando uniformes, fornecendo material de trabalho como, por exemplo, enxada, pá e mudas, que são fornecidos pela Prefeitura. E os salários e cargos dos mutirantes estão diretamente ligados ao grau de importância que a pessoa tem dentro da comunidade para, desse modo, facilitar a entradas e a permanência do mutirão. Isso acaba descaracterizando o projeto do conceito de mutirão, pois este está associado ao trabalho associativo e sem remuneração, porém os dados e os depoimentos dos técnicos nos fazem perceber que o pagamento se faz necessário para aumentar as áreas reflorestadas.

Em 1995, o mutirão implantou o fator de produtividade e isso faz com que o projeto se afastasse cada vez mais de seu caráter de atividade social e comunitária. Esse fator produtividade fez com que houvesse uma competição entre os mutirantes e tal fator aumentou a área de plantio.

Porém a área destinada ao reflorestamento tem um limite físico e como o fator de produtividade estimulou os mutirantes a plantarem mais mudas resultando num problema que era a falta de espaço para reflorestar. Isso porque o Mutirão de Reflorestamento lida com limites de territórios físicos.

Deste modo, o impacto do projeto na parte da recuperação ambiental teve uma relevância em comparação a parte social, porque na parte de recuperação ambiental o mutirão vai plantar também árvores que não são nativas da Mata Atlântica carioca e isso vai fazer com que seu objetivo primário que era de recuperar a floresta das encostas não foi alcançado por completo.

Já na parte social o projeto teve uma ótima repercussão, pois foi nesse âmbito que houve uma maior interação entre a Prefeitura e as comunidades de forma um pouco mais pacífica do que antes do projeto que o Estado não conseguia se estabelecer dentro das comunidades sem ter que fazer uma entrada e se estabelecer pela força.

No caso do Vidigal, o programa vai lidar além do projeto em si, pois com a atividade turística do local, que se fortificou com o programa, e com a localização e vista ímpar que se tem da cidade vai trazer novos desafios e algumas tensões dentro da área reflorestada, pois o turismo vai “exigir” a disponibilidade de um aparato de comodidade ao turista, entretanto este aparato não poderá ser montado nas áreas de atuação do projeto.

Portanto vemos que o mutirão passou por várias facetas e objetivos ao longo dos anos e de governos. Esses diferentes estágios fizeram se transformar num programa, visando mais a integração social entre Estado e comunidade. Porém no caso do Vidigal, o programa não deixou de focar em seu objetivo que foi a recuperação ambiental mesmo com as tensões que a atividade turística da região resultaram.

Esta dissertação também contribuirá para o Programa de Pós-graduação de História Social do Território, pois ela trás para a academia um projeto ímpar que envolve habitação, meio ambiente e a cidade. E esses assuntos são discutidos através da vertente do território o que vai de encontro com o programa.

Logo vemos que a contribuição acadêmica é pautada na abrangência e interdisciplinaridade do tema que dialoga com áreas da geografia urbana, história urbana e meio ambiente. Essa contribuição só foi possível porque o programa é abrangente em suas discussões sobre o território.

**Referências Bibliográficas:**

**ABREU**, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPHAN-RIO; Zahar, 1987.

**ARNOLD**, David, *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell, 1996.

**BAUMAN**, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo, Zahar, 2007.

**BARBOSA**, Jorge Luiz. *Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa*. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 865, 25 de março de 2010. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>>. [ISSN 1138-9796].

**BRANDÃO**, A.M.P.M. *As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano*. In: ABREU, M. de A. org. NATUREZA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO. Ed. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992. p.143-200.

**BRASIL**. *Primeiro relatório nacional para a conservação da diversidade biológica*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998, p. 283.

**BURGOS**, M. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ZALUAR, A e ATILIO, M. Um Século de Favelas. Rio de Janeiro. Ed Fundação Getúlio Vargas. 1ºed.1998.

**BRUM**, Mario. *Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos*. In. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013.

**Câmara do Distrito Federal**, *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21, P. 165.

**CARVALHO**, Leo Fontes Paz de. *Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio, 2013.

**COMPANS**, Rose. R B. *A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental*. In *Estudos Urbanos e Regionais* V.9, N. 1/ maio 2007.



**DAVIDOVICH**, Fany. *Programa favela: bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso do RJ* In Apresentação no Congresso: VII Encontro Nacional da ANPUR na área temática Urbanização e Regionalização.

**FERNANDES**, M. *The paid self-help reforestation project*. In: Mega-cities Project, ed. Environmental innovations for sustainable mega-cities : sharing approaches that work. New York : Mega-cities Project. 1996.

**GALVÃO**, Maria do. Carmo Correia. *Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro*. In: ABREU, M. de A. org. NATUREZA E SOCIEDADE NO RIO DE JANEIRO. Ed. Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro, 1992. p.13-26.

**GONÇALVES**, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito, Rio de Janeiro*: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. P.46.

**HAESBAESRT**, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*, Porto Alegre, 2004.

**HOBBSAWN**, Eric. *La invención de la tradición*. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Eds).

**JUNIUS**, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*, Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 2.

**KOSELLECK**, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Contratempo. Rio de Janeiro (1979[2015]). Capítulo 13 e 14.

**LEFEBVRE**, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.

**LUCHIARI**, Maria Tereza D.P. *Urbanização turística: Um novo nexos entre o lugar e o mundo*. IN: LIMA, Luiz Cruz. Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico. Fortaleza: FUNECE, 1998. P. 15-29.

**MATURAMA**, Humberto R. and VARELLA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Pallas Ahenas, 2001.

**MERTON**, Robert. *Social theory and social structure*, New York, The Free Press, 1957, p. 266.

**PAULO**, P. P. Do "*Ponha-se na Rua*" ao "*Sai do Morro Hoje*": *das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica"*. Ed. UFF, Niterói, 2013.

**PERLMAN**, Janice E. *O MITO DA MARGINALIDADE: Favelas e política no Rio de Janeiro*; Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. p. 138.

**PETERSON**, Lu. *Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro*.

**POLLACK**, Michael. "*Memória e Identidade Social*". Revista Estudos Históricos, v.5, n. 10, 1992, pp.200-212.

**PORTES**, Alejandro. *Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado*. Estudos CEBRAP (No. 22) (1978) Singer, 1972.

**RIBEIRO**, Ana Clara T. *Teorias da ação*. Letra capital, 2014. SESSÃO II - OS DEMÔNIOS E OS DEUSES DA MODERNIDADE: AÇÃO RACIONAL E RACIONALIZAÇÃO.

**SALGADO**, Silvia. *Mutirão de Reflorestamento* in Fujiwara, Luis Mario Neloson Luiz Nouvel Alessio e Farah. Marta Ferreira Santos, Org. *Experiências Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 1998. p. 129-138.

**SANTOS**, Danielle Gomes dos. *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Ed. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

**SANTOS**, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

**SARLO**, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia da Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

**VALLADARES**, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Licia do Prado Valladares. Zahar Editores, 1978.

**VAZ**, L. F. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras / FAPERJ, 2002. v. 1. P. 38.

**VIEIRA**, Beatriz Morais. *Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos*. In Revista Maracanã Edição: n.11, dezembro 2014, p.72.

**SITES:**

Apresentação e Análise Individual de Estudo de Caso do autor Maxwell da PUC-RIO visto dia 13 de Dezembro de 2015 às 15 horas e 17 minutos no site:

<[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744\\_5.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10744/10744_5.PDF)>

Governo do Rio de Janeiro no dia 07 de Dezembro de 2015 às 8 horas em:

<<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/programa-de-reflorestamento-equilibra-paisagem-do-morro-da-formiga/Formiga>>

Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 15 horas.

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Prefeitura do Rio de Janeiro visto dia 07 de dezembro de 2015 às 07 horas em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>>

Rio natural e guia de trilhas visto dia 12 de abril de 2016 às 13 horas.

<<http://rionatural.com.br/pt-br/tours/trilha-morro-dois-irmaos/>>

**VELEZ**, Vitoria. *Reflorestamento diminui risco de deslizamentos nos morros cariocas*., visto dia 30 de agosto de 2013 às 17 horas. <<http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/08/30/campanha-de-reflorestamento-renova-esperanca-nos-morros-cariocas.htm>>